



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PEDRO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA

MANCHAS DE TINTA SOBRE O PAPEL: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E
LITERATURA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS

Cajazeiras – PB

2023

PEDRO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA

**MANCHAS DE TINTA SOBRE O PAPEL: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E
LITERATURA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Cajazeiras – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

F383m Ferreira, Pedro Henrique de Sousa.
Manchas de tinta sobre o papel: diálogos entre História e Literatura nos contos de Machado de Assis / Pedro Henrique de Sousa Ferreira. –
Cajazeiras, 2023.
79f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.

1. Contos literários. 2. Machado de Assis - contos. 3. História e Literatura. 4. Sociedade. 5. Produção literária- Machado de Assis.
I. Silva Filho, Osmar Luiz da. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 82 - 34

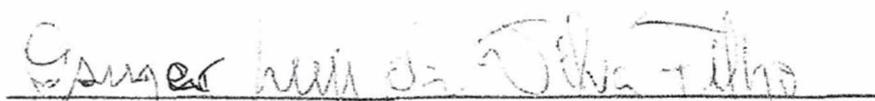
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

PEDRO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA

**MANCHAS DE TINTA SOBRE O PAPEL: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E
LITERATURA NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS**

Monografia apresentada e aprovada em: 14/11/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

(Orientador)



Prof. Dr.ª Camila Corrêa e Silva de Freitas

(Examinadora Titular Externa)



Prof. Dr.ª Silvana Vieira de Sousa

(Examinadora Titular Interna)

Prof. Dr.ª Rosilene Alves de Melo

(Examinadora Suplente)

Cajazeiras-PB

2023

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa simples, já que o sentimento de gratidão está ligado à memória, em que lembrança e esquecimento andam de mãos dadas.

Como de práxis, agradeço a Deus, que em seu grande amor e misericórdia, não me abandonou nessa jornada, onde muitas vezes sozinho em frente ao computador, lembrei-me das palavras do Apóstolo Paulo: *“E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas, porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis”*. (Romanos 8:26).

Agradeço a minha família que em muitos momentos mesmo longe torceram por mim. A meu irmão, Paulo, que suportou meus momentos de estresses e chatices. E com grande amor e carinho agradeço a meus pais, Rubens e Elivania, que em suas simplicidades, as vezes sem entender, SEMPRE me apoiaram, me sustentaram, e acima de tudo, acreditaram em mim, e nunca colocaram obstáculos para a minha educação e formação. A vocês dois, meu ETERNO AMOR, RESPEITO e ADMIRAÇÃO.

Diferente de Brás Cubas, que no fim da vida esteve acompanhado apenas de Onze amigos, em meu caminho até aqui, coleciono um número maior do que o personagem Machadiano. Agradeço aos meus amigos de tempos mais remotos que mesmo distantes, tenho certeza que sempre estiveram na torcida por esse momento, não me atrevo a descrever nomes, pois o esquecimento seria imperdoável nesse ponto.

E para aqueles que cruzaram meu caminho desde 2018, os amigos da Topic, em especial Gicélio; a minha amiga Aline que juntos trocamos risadas em momentos cômicos, mas também nos sérios; a meu grupo “Fadas do Deboche”: Camila, Cristiano, Everson, Jéssica, Larissa, Miqueias, Ruy, Welington e em especial Ana Vitória, companheira de trabalhos, escritas, discussões, crescimento acadêmico, surtos e crises, que nos momentos difíceis me aconselhou com seu “jeitinho carinhoso”, (Fadas Amo vocês); e a inúmeros outros que pelos corredores, cantina e demais espaços da UFCG, construímos laços de amizade, cito aqui, Walter, Paloma, Darlene, Ana Claudia, Melquisedec, Rubens, e tantos outros. A todos vocês que acrescentaram leveza a esse caminho, MUITO OBRIGADO!

Gratidão a todos os professores, que nessa jornada de estudos me acompanharam: Eliana, Uelba, Mariana, Anne, Geraldo, Hélio, Rozilene, Israel, Almair, Dmitre, Laércio, Francinaldo, Silvana, Rubismar, Isamarc, Viviane, Rodrigo, Lucinete, Neto, Rosimere, Sergio, Janaína, Camila, Ana Lunara, Osmar, obrigado pelas aulas prazerosas, todos vocês de alguma forma contribuíram para a minha formação como educador e pesquisador.

E em especial, ao meu orientador “Seu Osmar”, que nesse momento tão assustador de escrita da monografia, esteve sempre guiando-me com suas sábias palavras, sua paciência invejável e com seu carisma e humor, fez das nossas reuniões momentos leves e produtivos.

*“Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do
meu cadáver dedico como saudosa lembrança
estas memórias póstumas.*

[...]

*A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fêno
leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar,
pago-te com um piparote e adeus.”*

Machado de Assis.

RESUMO

Machado de Assis (1839 – 1908) é um autor cânone da Literatura brasileira conhecido por seus romances, crônicas e contos, que encanta leitores até a atualidade, é considerado um dos maiores escritores do nosso País. Diante disso, esse trabalho busca investigar a interação entre História e Literatura na obra de Machado de Assis, com foco nos contos do autor, buscando entender como o autor interpretava e inseria as complexas relações sociais entre os indivíduos em suas obras. A pesquisa parte da premissa de que a produção literária de Machado reflete e dialoga com o contexto histórico do Brasil do século XIX, analisando as dinâmicas da sociedade oitocentista e da Corte carioca nos contos de Machado, explorando aspectos urbanos, costumes e estratificação social, e de que modo Machado de Assis em seus contos insere personagens e suas ações em sua época vivida, proporcionando não apenas uma visão estética, mas também uma compreensão mais profunda das relações sociais, políticas e econômicas do Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Machado de Assis. Contos. História e Literatura. Sociedade oitocentista.

ABSTRACT

Machado de Assis (1839 – 1908) is a canon author of Brazilian Literature, known for his novels, chronicles and short stories, which enchants readers to this day, he is considered one of the greatest writers in our country. In view of this, this work aims to investigate the interaction between History and Literature in the works of Machado de Assis, with a focus on the author's short stories. The goal is to understand how the author interpreted and inserted the complex social relationships among individuals in his works. The research is based on the premise that Machado's literary production reflects and dialogues with the historical context of 19th century Brazil, analyzing the dynamics of nineteenth-century society and the Rio Court in Machado's stories, exploring urban aspects, customs and social stratification, and how Machado de Assis, in his stories, inserts characters and their actions into his lived time, providing not only an aesthetic vision, but also a deeper understanding of the social, political and economic relations of 19th century Brazil.

Keywords: Machado de Assis. Short Story. History and Literature. Nineteenth-century society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO - PRIMEIROS RABISCOS.....	8
CAPÍTULO 1 – ENTRE PAPÉIS AVULSOS E PAPÉIS SOCIAIS: NARRATIVAS MACHADIANAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	12
1.1 LUÍS SOARES: “ERA APENAS INDIFERENTE”.....	13
1.2 LUÍS SOARES: ASPECTOS HISTÓRICOS-SOCIAIS	17
CAPÍTULO 2 – CENAS CARIOCAS: A CORTE BRASILEIRA ENTRE ESPAÇOS SOCIAIS E TRAMAS POLÍTICAS.	29
2.1 O BRASIL NO SEGUNDO REINADO - PERCURSO DE UMA ORDEM POLÍTICA.	30
2.2 SOCIEDADE E SOCIABILIDADES: A CORTE BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO.....	38
CAPÍTULO 3 – LINHA RETA E LINHA CURVA: OS CIRCUITOS DO TEMPO E DOS PROTAGONISTAS EM MACHADO DE ASSIS.	49
3.1 A EFERVESCÊNCIA DOS ANOS 70	50
3.2 POSICIONADO OS PROTAGONISTAS NO TEMPO: PAI CONTRA MÃE, UMA OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO.	61
CONCLUSÃO - ÚLTIMOS BARRÕES DE TINTA	71
BIBLIOGRAFIA	74

1 INTRODUÇÃO - PRIMEIROS RABISCOS

“[...] Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem a sua região; [...] O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país”.

(Machado de Assis, O Novo Mundo,
24/03/1873.)

Na atualidade, pensar a História e a Literatura enquanto caminhos diferentes, que em certo momento se encontram, formando apenas um, não representa uma ideia inédita. Às vezes, essa perspectiva pode sugerir que todos os aspectos foram exaustivamente abordados e que não há mais novidades a serem destacadas sobre o assunto. No entanto, à medida que a compreensão do que constitui literatura se expande, o uso dela como uma fonte histórica também passa por um processo de renovação.

Diante disso, esta análise é uma tentativa de compreender como os caminhos da História e da Literatura, personificadas pelas musas Clio e Calíope se entrelaçam. Em meio a inúmeras abordagens possíveis é relevante destacar, desde o início, que a pesquisa proposta nesta narrativa se concentra principalmente na literatura poética, mais precisamente nos contos, do renomado autor do cânone literário brasileiro, Machado de Assis.

Isso demonstra que, mesmo em uma era de vasto conhecimento e informação, ainda há territórios inexplorados e nuances não totalmente compreendidas quando se trata da intersecção entre Literatura e História. Portanto, o estudo das obras de Machado de Assis, um dos maiores expoentes da literatura brasileira, oferece uma rica oportunidade de desvendar camadas mais profundas de um contexto crucial da história brasileira.

Com efeito, Joaquim Maria Machado de Assis se destaca como um dos preeminentes escritores brasileiros, reverenciado não somente por sua maestria literária, mas também por sua influência duradoura na cultura e na educação do país. Suas obras, muitas vezes integradas ao currículo escolar, desempenham um papel fundamental no ensino de literatura, proporcionando aos estudantes um contato íntimo com a riqueza e complexidade da produção literária brasileira.

Além disso, aspectos marcantes da vida de Machado, tais como sua ascendência negra, a gagueira e a epilepsia que enfrentou, enriquecem ainda mais a compreensão de seu legado literário. Essas características, longe de serem meros detalhes biográficos, exerceram influências profundas em sua escrita e na forma como ele percebia e interpretava o mundo ao seu redor. A experiência de pertencer a uma minoria política e de enfrentar desafios físicos e sociais sem dúvida moldou sua perspectiva e contribuiu para a complexidade de seus personagens e tramas.

Nascido em 21 de junho de 1839, no Morro do Livramento, Rio de Janeiro. Sua origem reflete a miscigenação cultural e étnica do Brasil, sendo filho de Francisco José de Assis, um carioca descendente de negros alforriados e habilidoso pintor e dourador, e de Maria Leopoldina Machado de Assis, uma lavadeira natural da ilha de São Miguel, Açores, em Portugal.

Apesar de vir de uma família modesta, a casa dos Assis era um ambiente de cultura e leitura. Machado, mesmo sem frequentar formalmente a escola, desenvolveu habilidades de leitura e escrita desde cedo. A perda prematura da mãe e da irmã em sua juventude marcaram profundamente sua vida e talvez tenha influenciado a complexidade emocional que caracteriza muitas de suas obras.

Consequentemente, a vida de um escritor é um mosaico complexo de influências e experiências que se entrelaçam de maneira única. Para esta análise, porém, voltaremos nossa atenção para o período a partir de 1856, quando Machado, aos 17 anos, inicia sua jornada como aprendiz de tipógrafo na renomada Tipografia Nacional, situada na antiga Rua da Guarda Velha, hoje conhecida como Avenida 13 de Maio.

Essa fase inicial na Tipografia Nacional foi um marco decisivo, pois não apenas introduziu Machado ao mundo da impressão e da publicação, mas também o colocou em contato com diversas esferas da produção literária e jornalística. O padre Antônio José da Silveira Sarmiento desempenhou um papel significativo nesse período, oferecendo a Machado aulas gratuitas, além de envolvê-lo em tarefas de revisão de provas e tradução do francês.

Essa experiência multifacetada foi apenas o prelúdio da carreira literária e jornalística que estava por vir. Mais tarde, Machado se destacaria como crítico de teatro e assumiria funções de redator tanto no "Diário do Rio de Janeiro" quanto em "A Semana Ilustrada". Essa fase de sua vida, rica em aprendizado e prática, é crucial para compreender não apenas a evolução de suas habilidades como escritor, mas também sua inserção no contexto cultural e intelectual do Rio de Janeiro do século XIX.

Machado de Assis, ao longo de sua carreira, ocupou uma série de cargos públicos, sendo notável sua atuação como Primeiro Oficial da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Nesse órgão, ele ascendeu ao cargo de diretor-geral e também desempenhou a função de secretário de diversos ministros. Contudo, o que verdadeiramente marcou sua vida e carreira foi sua notável contribuição para o jornalismo.

Destaca-se como um prolífico escritor de crônicas diárias. Inicialmente, ele focava em cobrir as sessões parlamentares, mas logo expandiu seu escopo para abordar o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Momento em que a cidade passava por transformações inspiradas no urbanismo parisiense, e Machado capturou essas mudanças e suas complexidades por meio de suas crônicas perspicazes.

Além das crônicas, esse período foi prolífico em produção literária, com Machado escrevendo romances e contos. Muitos desses trabalhos chegaram ao público inicialmente como folhetins, publicados nos jornais e periódicos nos quais ele atuava. Essa prática não apenas ampliou seus leitores, mas também moldou a forma como suas obras eram recebidas e consumidas pelo público da época.

Sempre tendo como pano de fundo o Rio de Janeiro e seus sujeitos, ofereceu uma visão única da cidade e de seus cidadãos. Ao contrário da realidade em que cresceu, Machado, em seus textos, apresentou um Rio de Janeiro que passava por um processo de modernização, seja nos aspectos físicos, sociais ou culturais. Nesse cenário, surgiram novos espaços de socialização e um modo de vida com características burguesas. Suas narrativas não se limitavam ao cotidiano, abordando também as complexas questões políticas e sociais daquele período histórico.

No entanto, o foco deste trabalho não reside apenas na observação dos aspectos visíveis da sociedade carioca da época, senão na análise da forma como o autor interpretava e inseria as complexas relações sociais entre os indivíduos em suas obras. Machado de Assis explorou temas recorrentes, como a escravidão, a política, o adultério, o patriarcado, a ingenuidade e a busca pela ascensão social, oferecendo uma análise perspicaz das dinâmicas sociais de uma corte cujas aparências muitas vezes mascaravam a busca constante por destaque na sociedade.

Posto isto, essa discursão temática está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado, *Entre Papéis Avulsos e Papéis Sociais: Narrativas Machadianas entre o Público e o Privado*, parte-se do conto *Luís Soares*, buscando analisar como Machado de Assis refletiu a respeito dos mecanismos de manutenção social e econômica a partir da estratégia do

casamento e da herança, examinando como essas práticas eram fundamentais para a perpetuação das hierarquias e da estabilidade financeira das famílias, em que o casamento não é apenas uma união afetiva, mas também um contrato social e econômico e a distribuição de bens e propriedades por meio das heranças tornam-se não apenas um ato de transmissão de riqueza, mas também um instrumento de controle e preservação do status social.

O segundo capítulo, tem por título, *Cenas cariocas: a corte brasileira entre espaços sociais e tramas políticas*. Aqui, aborda-se sobre o pano de fundo histórico e social repleto de contradições, no qual se desenrolam os contos de Machado de Assis. Destacando a interseção entre a narrativa ficcional, o contexto histórico do Rio de Janeiro, capital do Império Brasileiro, e o coração das teias sociais e intrigas políticas da época proporcionando uma visão mais ampla e contextualizada da trama criada pelo autor.

E por fim, o último capítulo, *Linha reta e Linha curva: os circuitos do Tempo e dos Protagonistas em Machado de Assis*. Nesse ponto, apresentamos uma discussão acerca dos circuitos temporais e dos personagens durante os anos 70 do século XIX, uma época que testemunhou uma efervescência política e social no Império Brasileiro. Observando como Machado de Assis posiciona seus personagens em um contexto de clara interligação entre o ímpeto do progresso e a necessidade de manutenção de um sistema que coexistia resquícios dos antigos trajes patriarcais e do sistema escravista, elementos que conferiam uma complexidade singularidade à dinâmica da sociedade da época.

Portanto, cumpre ressaltar que este trabalho é uma proposta de respostas às questões pessoais de leitura contemporânea de Machado de Assis. Busca-se explorar o diálogo entre a história e a literatura, investigando como essa última pode ser usada como uma fonte valiosa para compreender e interpretar o passado. Nesse sentido, examina-se como um autor que emergiu de um contexto social específico, permeado por suas próprias experiências de vida, refletia as complexas relações pessoais, políticas e econômicas da sociedade da Corte brasileira no final do século XIX, por meio de suas obras.

O objetivo principal foi inquerir nas tramas literárias de Machado de Assis para desvendar os reflexos da sociedade da época e, assim, contribuir para uma compreensão profunda desse período da história brasileira.

CAPÍTULO 1 – ENTRE PAPÉIS AVULSOS E PAPÉIS SOCIAIS: NARRATIVAS MACHADIANAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.

“Isso que chamam de juízo e sentimentos são para mim verdadeiros mistérios. Não os compreendo porque os não sinto.”

(Machado de Assis, 1870)

A epígrafe, acima citada, foi extraída do conto¹, *Luís Soares*, escrito por Machado de Assis em 1869, para o *Jornal das Famílias*, e publicado em coletânea no ano seguinte no livro *Contos Fluminenses*, primeira compilação de contos do autor. A partir dela é possível vislumbrar os sentimentos mais profundos que cercavam um jovem da burguesia urbana emergente, que trocara o amor pelos prazeres que o dinheiro podia conceder-lhe.

Mesmo que essa coletânea faça parte de sua primeira fase, Machado de Assis já possuía alguns esboços de sua fase realista - iniciada em 1881 com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, como indica Alfredo Bosi: “[...] À primeira leitura, ou há evidências de má fé, ou evidência de lisura. Nem por isso alguns dos Contos Fluminenses deixam de ser histórias de suspeita e engano”. (BOSI, 2003, p.77).

De certa forma, as histórias apresentadas em *Contos Fluminenses* possuem dado cunho moral, tal constatação se observa no exemplo de *Luís Soares*, no qual a personagem principal é castigada por fingir amar sua prima, em razão de uma herança que poderia desfrutar dessa relação.

Apesar disso, Machado não demonstra um romantismo moralista. Como afirma Bosi (2003, p.79): “Machado de Assis nunca foi, a rigor, um romântico (o Romantismo está às suas costas); mas sim pelo gosto sapiencial da fábula que traz, na coda ou nas entrelinhas, uma lição a tirar.” Sendo assim, observa que Machado de Assis não buscava simplesmente impor uma lição de moral aos seus leitores, mas sim escrever textos que os instigassem a refletir.

Nesse sentido, as discussões que se propõe nesse capítulo vão de encontro a busca pelos fios, ligando a história e a literatura, no conto Machadiano, ao meio da historicização do contexto histórico da obra, analisando os movimentos da sociedade em que fora produzida,

¹ Sem entrar nas discussões a respeito das particularidades dos diferentes gêneros literários, é uma história menos extensa que um romance.

juntamente com suas redes sociais, assim verificando como a narrativa se relaciona com a época, dentro da realidade social e enquanto uma leitura do cotidiano, dos cidadãos da corte brasileira.

1.1 LUÍS SOARES: “ERA APENAS INDIFERENTE”

Como citado anteriormente, o conto Luís Soares está presente na obra *Contos Fluminenses* de Machado de Assis, publicado no ano de 1870. No entanto, anteriormente, o texto havia circulado nas páginas do periódico carioca, *Jornal das Famílias*, no formato de folhetim. No texto, o autor apresenta uma figura peculiar da corte brasileira, Luís Soares, um jovem rico, que herdou uma grande fortuna do pai, e passa viver na contramão do que parecia comum na sociedade do momento.

O autor inicia seu conto apresentando os hábitos noturnos do seu personagem principal:

Trocar o dia pela noite, dia Luís Soares, é restaurar o império da natureza corrigindo a obra da sociedade. [...] Livre em todas as minhas ações, não quero sujeitar-me à lei absurda que a sociedade me impõe: velarei de noite, dormirei de dia. [...] A aurora para ele era o crepúsculo, o crepúsculo era a aurora. (ASSIS, 2019, p. 46).

Seguindo metodicamente esse projeto, Luís dormia do raiar do sol ao anoitecer, suas refeições eram feitas em horários propícios a sua ideia, “almoçava às sete e jantava às duas da madrugada” e antes de dormir, às cinco da manhã, quando chegava de suas noitadas, seu criado² lhe dava uma xícara de chocolate, que acompanhava dois charutos e a leitura de algumas páginas de qualquer romance. Machado de Assis apresenta a seus leitores um rapaz que claramente vivia na contramão da sociedade.

Nesse sentido, Luís Soares mostrava-se indiferente ao que os homens da sua classe social tinham apreço. Nesse exemplo estava o jornal, a Câmara dos Deputados, as poesias e as missas; que apresentavam um papel de grande destaque em uma sociedade, na qual a burguesia aristocrata buscava ascender no seu patrimonialismo, e enxergava no Estado, e principalmente, na esfera pública que o cercava, terreno fértil para seus mais profundos desejos.

E para se inserir na vida pública, era preciso mais do que participar da política, necessitava estar por dentro de tendências da época, que estavam estampadas nas páginas

² O conto é ambientado na época do regime escravocrata brasileiro, sendo assim, criado é referente a um escravo doméstico do período.

impressas dos mais diversos periódicos que circulavam a corte; além de desenvolver um refinado intelecto, que era acumulado pela leitura dos clássicos poetas. Contudo, era preciso se conectar com quem estava acima das nuvens, e isso só era possível na igreja.

Como apresentado anteriormente, Luís Soares, mantinha-se na contramão em relação aos padrões da sociedade do período. Machado de Assis salienta outro aspecto interessante do nosso protagonista, que era viver segundo os “instintos da sua natureza e aos caprichos do seu coração”. Nesse ponto vale lembrar da atitude de trocar o dia pela noite, em Luís Soares, gozava dos prazeres noturnos da corte carioca, passeios no Corcovado, apresentações nos teatros mais movimentados da cidade, como era o caso do Alcazar.

Todos os deleites só eram possíveis graças a uma boa herança, deixada por seu pai, o que garantia uma vida de regalias, sem menor preocupação com trabalho ou o amor de uma dama. Entendendo-se como sortudo, e no direito de usufruir da maneira que lhe convinha, Soares, acreditava que sua herança não teria fim, como afirma o autor:

A fortuna não é Danaide. Quando vê que um tonel esgota a água que se lhe põe dentro vai levar os seus cântaros a outra parte. Soares não pensava nisto. Cuidava que os seus bens eram renascentes como as cabeças da hidra antiga. Gastava às mãos largas; e os contos de réis, tão dificilmente acumulados por seu pai, escapavam-se-lhes das mãos como pássaros sequiosos por gozarem do ar livre. (ASSIS, 2019, p. 47).

Nesse momento da história, temos uma reviravolta na vida de Luís Soares, como era de esperar a sua fortuna chega ao fim. Uma madrugada, ao regressar de mais uma noite de aventuras, seu criado depois de um mês de tentativas, entrega-lhe uma carta deixada por seu banqueiro, sob a recomendação de “indispensável”. Relutante, pois só lia cartas de “amigos e raparigas”, o rapaz lia e relia aquele pedaço de papel, nele dizia que sua fortuna não passava de seis contos de réis, o que para nosso protagonista era “menos seis vinténs”.

Então, Soares adentra em um estado de comoção. O fato de ficar pobre, e ainda mais, ter que trabalhar como um homem comum, jamais tinha acometido o rapaz. A preocupação, toma ares de tristeza, todas suas atividades diárias (ou no caso noturna), acham-se impregnadas por um abatimento, que é percebido por amigos e cortesãs. Um dos amigos, José Pires, procura saber o que se passa na vida de seu companheiro de atividades noturnas, Luís Soares, confiando sua causa a Pires, relata sua vergonhosa situação, e até mesmo seus pensamentos suicidas, já que para ele, “[...] Demais, é apenas meio suicídio, porque a pobreza já é meia morte” (Assis, 2019, p. 47).

Pires, aparenta assustado com a ideia de Soares tirar a própria vida por conta de finanças; mas ao mesmo tempo transmite sua preocupação ao imaginar que a conversa levaria a um pedido de dinheiro, da parte do desafortunado. No entanto, o que o rapaz queria de seu

amigo, era um conselho sobre o que fazer diante dessa situação tão desesperadora, já que era melhor tirar a própria vida, do que se apresentar miserável, diante das pessoas, que um dia presenciara sua vida de ostentação.

[...]

— Homem, respondeu Pires, há muitos meios...

— Venha um.

— Primeiro meio. Vai para Nova Iorque e procura uma fortuna.

— Não me convém; nesse caso fico no Rio de Janeiro.

— Segundo meio. Arranja um casamento rico.

— É bom de dizer. Onde está esse casamento?

— Procura. Não tens uma prima que gosta de ti?

— Creio que já não gosta; e demais não é rica; tem apenas trinta contos; despesa de um ano.

— É um bom princípio de vida.

— Nada; outro meio.

— Terceiro meio, e o melhor. Vai à casa de teu tio, angaria-lhe a estima, dize que estás arrependido da vida passada, aceita um emprego, enfim vê se te constituis seu herdeiro universal.

Soares não respondeu; a idéia pareceu-lhe boa.

[...] (ASSIS, 2019, p. 47).

O diálogo acima gera uma reviravolta na história do protagonista. As opções apresentadas a Soares, será objeto de análise em outro momento desse trabalho, por hora convém a sua escolha. Como é de se esperar de uma pessoa que se apresenta avesso a qualquer ofício que não fosse o de herdeiro, e relutante ao amor de qualquer rapariga, a preferência de Luís Soares foi como um “filho pródigo” retornar à casa de seu tio, talvez para mostrar seu arrependimento será preciso ceder aos caprichos de uma ocupação, mas no fim, tudo levará ao que mais importa: a herança.

Em face desta narração, em que as tramas serão descritas de maneira menos detalhada, já que o objetivo não é reescrever o conto, mas apresentar suas principais personagens e ações dentro do contexto criado por Machado de Assis. Sendo assim, a celeridade apresentada por esta autoria demonstra a diretiz a ser perseguida por este texto.

Arguida tal constatação, a obra retoma a Luís Soares que decide então reavivar os laços familiares com seu velho tio, com o intuito de que o seu arrependimento o levasse um dia a desfrutar das riquezas de seu velho parente.

O tio de Luís é uma figura que se aparenta comum no contexto histórico que ocorre na história. O major Luís da Cunha Vilela é apresentado como “um homem já velho e adoentado”, e “era um velho alegre e severo ao mesmo tempo. Gostava de rir, mas era implacável com os maus costumes” (ASSIS, 2019). Vivia uma vida patriarcal onde morava junto de sua sobrinha Adelaide e uma velha parenta, além dos escravos que os serviam; o Major, era um fiel defensor dos antigos costumes, e possuidor de “alma absolutista”.

Sobre a “Velha parenta”, Machado de Assis não desenvolve muito, chamava-se Antônia de Moura Vilela, seu parentesco de prima da família, que se tornara uma agregada à casa que ajuda nos afazeres. Contudo é a figura de Adelaide que chama a atenção quando nos debruçamos no conto; a moça é a prima de Luís Soares, e no passado teria sido interesse amoroso da jovem donzela. Acerca das características de Adelaide, Machado escreveu:

A prima Adelaide tinha vinte e quatro anos, e a sua beleza, no pleno desenvolvimento da sua mocidade, tinha em si o condão de fazer morrer de amores. Era alta e bem proporcionada; tinha uma cabeça modelada pelo tipo antigo; a testa era espaçosa e alta, os olhos rasgados e negros, o nariz levemente aquilino. Quem a contemplava durante alguns momentos sentia que ela tinha todas as energias, a das paixões e a da vontade. (ASSIS, 2019, p. 55).

De maneira óbvia Luís Soares não tinha uma boa relação com seus familiares. A vida leviana que levava o afastou de seu tio, já o amor de Adelaide foi trocado pela fortuna (que no caso, aparentemente ela não possuía). Todavia assim como nas Santas Escrituras, em que filho pródigo retorna a casa do pai³, o protagonista regressa à casa do tio, em busca de perdão, de uma nova vida ou uma nova fortuna. Soares se apresenta arrependido e cansado da forma como vivia, e procurava agora usufruir de uma estabilidade social, que só a família poderia conceder.

Disposto a romper sua aversão ao gênero, trabalho, o Major entrega-o uma carta para ser apresentada em alguns dos Ministérios, logo Luís inicia um trabalho em uma secretaria, gozando de um bom salário. Seguindo os conselhos do tio, passa a almejar uma cadeira no parlamento, já que para o major, “a política seria um remédio decisivo para aquele doente”; mas, acima de tudo, Soares voltou para a família, trocou as ceias do velho tempo, pelo chá, que era patriarcal na casa do tio. Dentro de cinco meses, o protagonista se torna um verdadeiro cidadão do Império.

Contudo, a única que não acolhe totalmente o novo Soares é Adelaide, que antigamente amara calorosamente seu primo, mas este, nunca a propusera casamento, já que os trinta contos de réis deixados pelo falecido pai da moça para seu dote, não era suficiente para os padrões de Luís. No entanto, com a convivência, era perceptível as trocas de olhares entre os jovens, em uma ambiguidade na qual de um lado estava o orgulho e do outro o amor; Soares ficava receoso de que a descoberta por parte do tio o obrigasse a leva-la ao altar, pois para ele era melhor uma herança sem casamento, do que um matrimônio com um dote inexpressível.

O tio ao descobrir o relacionamento que um dia emergiu entre os personagens (Soares

³ Alusão a Parábola do Filho Pródigo, narrada por Jesus Cristo no Evangelho de Lucas 15: 11-32.

e Adelaide) propõe que o rapaz case com a moça, mas a proposta não serve como lenha para elevar a paixão. Todavia, surge um novo integrante na trama, Anselmo Barroso de Vasconcelos, que retorna para visitar os amigos, e traz consigo uma revelação que mudaria o rumo das ações de nossas personagens.

Fazendeiro rico, que lutou na guerra da Independência, tinha sido amigo íntimo de Bento Soares, pai de Adelaide, esse antes de morrer deixou com seu amigo uma declaração, que só poderia ser aberta dez anos depois de sua morte, e como completara tal data, resolveu vir cumprir o último desejo do amigo moribundo. Anselmo revelou que antes de morrer o pai de Adelaide divide sua herança, trinta contos entregam para o dote da moça, a maior parte, Trezentos contos de Réis, pede para o amigo guardar, e a carta com as seguintes instruções:

Meu bom e estimadíssimo Anselmo.

Quero que me prestes o último favor. Tens contigo a maior parte da minha fortuna, e eu diria a melhor se tivesse de aludir à minha querida filha Adelaide. Guarda esses trezentos contos até daqui a dez anos, e ao terminar o prazo, lê esta carta diante dos meus parentes. Se nessa época a minha filha Adelaide for viva e casada entrega-lhe a fortuna. Se não estiver casada, entrega-lha também, mas com uma condição: é que se case com o sobrinho Luís Soares, filho de minha irmã Luísa; quero-lhe muito, e apesar de ser rico, desejo que entre na posse da fortuna com minha filha. No caso em que esta se recuse a esta condição, fica tu com a fortuna toda. (ASSIS, 2019, p. 60).

Abismado, Soares não podia acreditar, que a herança que tanto almejava, estava a um casamento de distância, além de uma moça que o amava. Seu tratamento com Adelaide passa a ser outro, o rapaz chega a se ajoelhar para a moça, mas recebe a seguinte resposta: “Trezentos contos! É muito dinheiro para comprar um miserável.” A família então viaja para a Europa e deixa Luís entregue a sua própria sorte. Ele não suporta a ideia de pobreza e humilhação por ter sido rejeitado pela moça e comete suicídio, e seus amigos ao saberem da tragédia vão ao Alcazar, e no fim “Luís Soares não teve outra oração fúnebre dos seus amigos mais íntimos” (ASSIS, 2019, p. 66).

1.2 LUÍS SOARES: ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS

Machado de Assis usa a imprensa na segunda metade do século XIX, como principal veículo para difundir seus escritos, e conseqüentemente sua crítica a sociedade escravista do período. Costa (2014) afirma que nesse contexto, “O jornal permitia que seus textos chegassem ao público e o conto, antes da publicação de seu primeiro romance, já era um gênero literário utilizado pelo autor para uma análise social” (COSTA, 2014, p.101). É evidente para os seus interpretes, que a criticidade social machadiana, desenvolveu-se

gradativamente, desde a publicação do seu primeiro romance, *Ressurreição* em 1872 (dois anos após a publicação de *Contos Fluminenses*).

Contudo, na coletânea dos *Contos Fluminenses*, publicada em 1870, Machado já exteriorizava uma ácida apreciação da sociedade na qual está inserido, perspectiva que fica cada vez mais intensa nos chamados romances da maturidade: *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, principalmente, e no campo dos contos, a coleção *Papéis Avulsos* (1882), considerada a mais importante antologia de contos do autor.

Posto isso, a intenção desta autoria não está em realizar análises acerca dos romances, apesar disso, os pressupostos anteriores se apresentam relevantes para enfatizar que o conto escolhido (Luís Soares), mesmo publicado anteriormente à fase “madura” do escritor, o texto e os demais contidos na mesma antologia, não são alheios à criticidade social.

O conto *Luís Soares*, como observado, foi publicado entre os anos de 1869 e 1870. Machado de Assis foi um escritor do Brasil Império, momento histórico em que a sociedade se baseava em uma economia colonial, sobre isso Schwarz disserta: “produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente.” (SCHWARZ, 2000, p.15).

Nessa perspectiva, torna-se necessário evidenciar os papéis exercidos pelas personagens principais do conto: Luís Soares, um jovem boêmio que gasta a herança deixada pelo pai; Adelaide, uma moça com poucos contos de réis como dote, que vive com seu tio; o tio de Luís e de Adelaide, o Major Vilela, homem autoritário que possui um posto importante destinado aos que mantinham a ordem.

A análise do conto Luís Soares é justificada pelas evidências contidas no texto que expõem o escritor enquanto fruto do contexto em que está inserido. Como narrado na primeira parte deste capítulo, o jovem Luís Soares, herdara uma fortuna de seus pais, mas por passar a trocar o dia pela noite e viver os devaneios que o dinheiro pode proporcionar, junto com o não gerenciamento da herança recebida, e sem se importar em trabalhar, acaba perdendo sua fortuna.

Ademais, para o mancebo, a pobreza significa o fim de sua vida, preferindo morrer a ser pobre. Além disso, tinha a fama de gastador e rico, reputação esta que o fez conhecido na sociedade e, agora, a pobreza destruiria “tudo o que ele construiu”. Dessa forma, Faoro (1974) sustenta que:

Os valores têm três escalas: Luís Soares, estroina, dissipador, boêmio, recebe um dia uma notícia trágica: o banco lhe comunica estar seu saldo reduzido a seis contos. Seis contos seriam alguma coisa, com uma renda de trezentos e sessenta mil réis por

ano, trinta mil réis por mês, o miserável salário de um trabalhador rural. Para Luís Soares, esquivo ao trabalho, gastador sem cálculo de futuro, seria a vergonha. (FAORO, 1974, p. 213).

Ao dar-se conta do fim de seu dinheiro, três alternativas surgem como solução para aquele revés - emprego em algum órgão do governo, casamento ou herança; o rapaz aparenta uma aversão maior ao primeiro caminho. As opções, refletem as possibilidades disponíveis na sociedade carioca naquele período para melhorar sua condição financeira e social.

Ao ambientar a história na Corte do segundo reinado, o conto busca retratar a atmosfera política, social e cultural da época, situando seus personagens dentro desse contexto histórico. As representações dos cenários, dos figurinos, das relações sociais e das aspirações dos protagonistas são meticulosamente construídas para evocar a realidade da época e dar ao leitor uma sensação de imersão na história. A verossimilhança dá o tom da história narrada no conto:

Soares acrescenta que a fortuna suplantara a natureza, deitando-lhe no berço em que nasceu uma boa soma de contos de réis. Mas esquecia que a fortuna, apesar de generosa é exigente, e quer da parte dos seus afilhados algum esforço próprio. A fortuna não é Danaide. Quando vê que um tonel esgota a água que se lhe põe dentro vai levar os seus cântaros a outra parte. Soares não pensava nisto. Cuidava que os seus bens eram renascentes como as cabeças da hidra antiga. Gastava às mãos largas; e os contos de réis, tão dificilmente acumulados por seu pai, escapavam-se-lhe das mãos como pássaros sequiosos por gozarem do ar livre (ASSIS, 2019, p. 47).

O rapaz herdara uma herança substancial, mas sua falta de habilidade em administrar se tornou evidente, ao continuar se entregando a uma vida extravagante e não empreender atenção aos conselhos prudentes, como ao ignorar as cartas do banqueiro que o alertavam sobre a necessidade de ser austero nos gastos. Raymundo Faoro, enfatiza a importância crucial de um bom gerenciamento do capital e da renda naquele contexto.

Caso contrário, os bens poderiam ser dissipados rapidamente, pois os juros fixos dos títulos, muitas vezes públicos, não acompanhariam a desvalorização da moeda. Faoro (1974, p. 211) ilustra essa situação com o exemplo do índice do custo de vida, que, calculado em 100 em 1850, consumido a marca de 116 após duas décadas, em 1870. Isso mostra claramente o impacto negativo da evolução sobre a economia da época.

Essa visão revela uma faceta da sociedade carioca durante o segundo reinado, em que uma parcela da elite prefere viver do legado financeiro de seus proprietários a se engajar em atividades produtivas ou profissionais. A obtenção de uma herança ou um casamento bem arranjado, eram considerados meios mais cômodos de sustento e status social do que o trabalho árduo: “O traço comum dessa legião de filhos e sobrinhos aquinhoados pela morte virá do horror ao trabalho. Todos cultivam o bom e elegante ócio” (FAORO, 1976, p. 208).

Após dissipar sua herança, Luís Soares considerou os três caminhos possíveis. Entre eles, a opção de trabalhar era a que menos o agradava. No entanto, devido ao fato de que a única perspectiva de casamento era com sua prima Adelaide e essa possuir apenas uma escassa fortuna de trinta contos de réis para o dote, ele decidiu optar pelo funcionalismo público do século XIX. Mas sua escolha não foi impulsionada pela possibilidade de enriquecer pelo meio do trabalho.

Luís Soares sente que, ao escolher o emprego, poderia se aproximar de um tio idoso e debilitado por doença, a quem planejava pedir ajuda para conseguir o trabalho desejado. Ele esperava ganhar a simpatia desse tio, que não tinha filhos próprios para herdar sua fortuna.

Essa decisão revela as complexidades dos parentes e a importância das alianças matrimoniais na época. Luís Soares considerou diversos fatores, incluindo o aspecto financeiro, ao fazer sua escolha. Essa abordagem adiciona profundidade à narrativa e oferece uma visão mais rica das motivações e ambições do protagonista, bem como das dinâmicas sociais e econômicas do século XIX.

O conto promete explorar as consequências dessa decisão e as reviravoltas que a vida reserva a Luís Soares ao buscar sua fortuna através do emprego e das relações familiares:

Terceiro meio, e o melhor. Vai à casa de teu tio, angaria-lhe a estima, dize que estás arrependido da vida passada, aceita um emprego, enfim vê se te constituis seu herdeiro universal... mas lembra-te que é o meio único de teres dentro de pouco tempo uma fortuna. Teu tio é um homem achacado de moléstias; qualquer dia bate a bota (ASSIS, 2019, p. 50)

É evidente que Machado de Assis já tinha uma percepção aguçada dos interruptores utilizados pelas elites para preservar seu domínio e manter sua posição privilegiada na sociedade. O texto deixa transparecer um claro desinteresse pelo trabalho. Essa observação sobre a percepção de Machado de Assis, aponta para sua aguçada sensibilidade em relação às questões sociais e ao funcionamento das patentes privilegiadas da sociedade brasileira de sua época. O autor, conhecido por sua sagacidade e crítica social, frequentemente explorava temas relacionados à desigualdade, ao poder e às complexidades das relações humanas em suas obras.

O fato de o texto evidenciar um "pouco entusiasmo pelo trabalho" sugere que o autor estava expondo uma mentalidade presente entre as elites, onde o trabalho árduo não era considerado uma rota preferencial para o sucesso financeiro e social. Em vez disso, eles buscavam manter sua posição privilegiada por meio de outras estratégias, como heranças, casamentos adquiridos ou empregos no funcionalismo público, como visto no trecho anterior.

Na mesma mentalidade, de personagens que preferem evitar o trabalho e buscam

soluções mais cômodas para sua subsistência é possível fazer conexão entre o conto e o romance "Memórias Póstumas de Brás Cubas", este publicado dez anos depois, o qual tem sua história ambientada no período anterior a 1869, ano da publicação do conto. Quincas Borba, uma personagem do romance, mostra essa mesma aversão ao trabalho, preferindo pedir esmolas em vez de se esforçar em atividades laborais.

No entanto, sua sorte muda quando ele é beneficiado por uma herança de um parente em Barbacena-MG. Essa herança o retira da pobreza, proporcionando uma mudança significativa em sua vida. Essa narrativa é paralela à situação do protagonista Brás Cubas, que também usufrui de uma herança paterna para viver sem preocupações financeiras e sem a necessidade de ganhar seu sustento com o trabalho árduo.

Essa semelhança entre os personagens dos dois trabalhos de Machado de Assis ressalta a crítica do autor à sociedade de sua época, especialmente em relação à dependência de heranças e privilégios para garantir o conforto e a estabilidade financeira. Essa visão é coerente com a análise da elite brasileira, como retratada em suas obras, e sugere uma reflexão sobre as dinâmicas sociais, a desigualdade de oportunidades e as consequências do favorecimento por meio de heranças na sociedade brasileira do século XIX.

Segundo Sidney Chalhoub: “Na visão senhorial de mundo, trabalhar era verbo defectivo inconjugável, logo a propriedade herdada afigurava-se essencial à indolência futura” (CHALHOUB, 2003, p.103). Machado de Assis, com sua habilidade narrativa e profundidade psicológica, oferece uma crítica e perspicácia sobre as complexidades e ambiguidades humanas.

A busca de Luís Soares por um legado junto ao tio, o leva a pedir ajuda para conseguir um emprego, mas não é uma simples ocupação. Trata-se de um posto que só é alcançado graças às influências políticas e familiares do tio abastardo. É um trabalho digno das relações adquiridas pelo velho parente. O Major Luís da Cunha Vilela é um senhor de aproximadamente sessenta anos, cuja personalidade está marcada por um misto de alegria e severidade. Ele é um defensor fervoroso do tradicionalismo. O posto de Major, além de ser uma marca de autoridade, desempenha um papel importante na manutenção da ordem e na garantia das instituições.

Esse título de major é considerado uma autoridade primária, um símbolo de comando e poder, mais do que apenas uma mera forma de autoridade. A organização, que substituiu as milícias coloniais em 1831, possui elementos urbanos, mas ainda carrega o traço autoritário típico de sua origem rural. De acordo com Raymundo Faoro (1974), essa figura de autoridade

exaltada como pessoas, e o contexto rural onde a posição é mais comumente encontrada está intimamente associada à violência. Portanto, obter o posto de Major era uma grande honra e, ao mesmo tempo, uma forma de alcançar poder e influência.

Essa análise de Faoro ressalta a importância das dinâmicas sociais e políticas na estruturação da sociedade brasileira do século XIX. A figura do Major Luís da Cunha Vilela representa a complexidade das relações de poder, obediência e tradição na época, e a obtenção desse posto simboliza tanto o prestígio quanto o acesso ao poder de influenciar e comandar.

Essa contextualização histórica acrescenta profundidade ao retrato do personagem e à narrativa em que está inserido. Essas reflexões sobre autoridade e poder enriquecer a trama e oferecer uma visão mais abrangente das classes sociais e políticas da época, temas comuns nas obras de Machado de Assis.

A vida desregrada de Luís Soares, que gastava sua herança de forma imprudente e levava uma vida devassa, contrasta com uma atitude benevolente do tio, que não negava seu afeto e proteção familiar ao sobrinho. Para conquistar esse apoio, bastou que Luís expressasse arrependimento e demonstrasse vontade de se corrigir.

Essa concessão de afeto e proteção por parte do tio revela a complexidade das relações familiares e a capacidade de perdão, mesmo diante de comportamentos irresponsáveis. Embora Luís Soares levasse uma vida dissoluta, sua posição na família e os laços de sangue foram suficientes para garantir o suporte e a compreensão de seu parente mais próximo.

Além disso, a sociedade também parece não censurar completamente as ações de Luís Soares. O fato de o ministro amigo do Major Vilela conceder favores a ele, apesar dos péssimos hábitos do rapaz serem de conhecimento público, sugere que, em alguns círculos sociais, as conexões políticas e familiares podem superar os julgamentos morais e permitir a obtenção de benefícios mesmo diante de comportamentos condenáveis.

Essa dinâmica referencia aspectos das relações sociais da época, onde as influências familiares e as influências políticas muitas vezes se sobreponham aos padrões éticos alcançados pela sociedade. A narrativa de Machado de Assis expõe a ambiguidade das atitudes humanas e as nuances dos refugiados sociais, proporcionando uma reflexão sobre a complexidade do comportamento humano e as contradições da sociedade.

Com a conquista de seu emprego público, o Major Vilela passa a investigar as ambições políticas de seu sobrinho Luís Soares. Em uma sociedade que demonstra pouco apressa pela ética do trabalho, a carreira parlamentar se torna um caminho natural para escapar da obscuridade e elevar ainda mais o prestígio do nome da família. A política era uma

das ambições de parte das elites brasileiras e exercia uma fascinação sobre os homens pertencentes a essas classes sociais.

Para aqueles que desdenhavam do trabalho, a vida pública era vista como uma das poucas formas de atuação digna de suas estirpes. Machado de Assis retrata essa realidade em sua obra de forma recorrente. A exemplo, temos em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o pai de Brás Cubas, ao propor o casamento, apresenta a oportunidade para que o filho da família Cubas brilhe ainda mais no Parlamento, acrescentando glória ao nome da família.

Essa representação de Machado de Assis revela a importância do prestígio e do poder político na sociedade brasileira do século XIX. A vida pública, especialmente na esfera política, era uma das principais formas de se destacar e consolidar a posição social das elites. E aqueles que permanecem a essas classes privilegiadas frequentemente viam a política como um caminho mais nobre do que o trabalho, como uma oportunidade de praticar influência e contribuir para os destinos do país.

Essa reflexão sobre as ambições políticas das elites brasileiras, permeada por nuances de poder e status, oferece uma análise profunda e realista das motivações humanas na sociedade da época. Através de sua escrita habilidosa, Machado de Assis captura as complexidades das relações sociais e políticas, proporcionando aos leitores uma visão crítica e perspicaz das dinâmicas da sociedade brasileira do século XIX.

A herança do Major Vilela representava para Luís Soares a oportunidade mais concreta de escapar da pobreza e alcançar o sucesso. Contudo, havia um dilema complicado: no mesmo lar vivia sua prima Adelaide, que nutria um amor profundo pelo jovem. Se o tio descobrir os sentimentos de Adelaide, ele poderia propor um casamento entre os dois, o que seria difícil de recusar sem desapontar o parente. Nesse momento, o que realmente incomodava Soares não era o casamento em si ou a moça em questão, mas sim a situação financeira dela. Ele somente havia abandonado a vida devassa por falta de dinheiro, e no momento em que conseguiu a herança do tio, não precisaria se casar para garantir sua estabilidade financeira.

É perceptível, que um outro aspecto que ilustra a sociedade da época presente no conto é o casamento, uma vez que era apresentado como uma forma de unir pessoas com o mesmo poder aquisitivo, a fim de ampliar esse poder e conseqüentemente a influência. Como bem aponta Faoro (1974), não há disfarces nem sentimentos, apenas a busca pelo patrimônio, pelos bens e pelo dinheiro: “O casamento é um negócio, como um negócio é a herança, mas negócios que tocam em coisas sagradas, o amor e a morte.” (p. 224)

Essa trama adiciona complexidade aos dilemas enfrentados por Luís Soares. Enquanto ele vislumbra a herança do tio como sua salvação da pobreza, a possibilidade de um casamento com Adelaide surge como uma pressão adicional em sua vida. Embora Soares aprecie a liberdade que a riqueza lhe proporcionaria, ele agora se vê diante de um conflito emocional, onde seus desejos financeiros se confrontam com a perspectiva de uma união com a prima.

Aqui, a narrativa oferece um retrato mais profundo dos anseios e dilemas dos personagens, destacando a interseção entre o amor, a família e a busca por estabilidade financeira. Esses elementos trazem nuances humanas à trama, tornando-a ainda mais envolvente e instigante para os leitores. As obras de Machado de Assis são frequentemente enriquecidas por essas complexidades emocionais, proporcionando uma visão realista e cativante das experiências humanas.

A paixão de Adelaide por Luís Soares era antiga e já era do conhecimento do rapaz. Na época em que ele ainda desfrutava de sua fortuna, tomava conhecimento do amor que a prima nutria por ele. Diante da possibilidade de um casamento com Adelaide, o pensamento de Soares foi pragmático e calculista: “Quem tem a minha fortuna não se casa. Mas, se se casa é sempre com quem tem mais. Os bens de Adelaide são a quinta parte dos meus; para ela é negócio da China; para mim é um mau negócio” (ASSIS, 2019, p. 55).

Para Soares, a decisão de se casar com Adelaide não era impulsionada pelo amor, mas sim por razões pragmáticas e pela análise dos dividendos que poderiam resultar desse consórcio. Ele via o casamento como uma transação financeira, uma oportunidade de melhorar sua condição econômica ao se unir a uma prima apaixonada e bem situada financeiramente. A historiadora Eni de Mesquita Samara (1988), ao analisar as estratégias matrimônios do período, afirma que “os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição socioeconômica ocupada” (SAMARA, 1988, p. 93).

Ao tomar conhecimento dos sentimentos da sobrinha, o Major Vilela decide propor ao rapaz um casamento com sua prima, Adelaide. Soares, preocupado em não recusar abertamente a proposta do tio e, assim, colocar em risco a herança, que é o único aspecto que realmente importa para ele, aceita a ideia de se casar com Adelaide, porém, adverte que não a ama. Diante dessa declaração sincera de Soares sobre seus sentimentos, o Major Vilela entra em uma ponderação. Ele precisa considerar cuidadosamente o que fazer, levando em conta as vontades e interesses de sua família, bem como o bem-estar de Adelaide:

Gosto de ouvir-te falar essa linguagem poética, mas casamento não é poesia. É verdade que é bom que duas pessoas antes de se casarem se tenham já alguma estima mútua. Isso creio que tens. Lá fogos ardentes, meu rico sobrinho, são coisas que ficam bem em verso, e mesmo em prosa; mas na vida, que não é prosa nem verso, o casamento apenas exige certa conformidade de gênio, de educação e de estima (ASSIS, 2019, p. 60)

Essa situação retrata a complexidade das decisões familiares e a importância dos interesses financeiros e sociais na tomada de decisão. O Major Vilela procura lidar com as expectativas de Adelaide, o desejo de ver sua sobrinha feliz em um casamento, e ao mesmo tempo, a necessidade de garantir que seu sobrinho não coloque em risco a herança da família. Machado de Assis apresenta um dilema moral e emocional envolvendo os personagens, destacando as pressões e expectativas familiares, bem como a importância das alianças e casamentos vantajosos na sociedade da época.

A visão do Major Vilela sobre o casamento, onde o amor não era o fator primordial e a união era considerada mais como uma aliança vantajosa do que uma escolha baseada em sentimentos românticos, não era incomum no século XIX. Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) estudando o sistema matrimonial no período Colonial observa que o amor não era um quesito primordial no matrimônio. No século XVIII incentivava-se a união a partir do princípio de igualdade (SILVA, 1984, p. 66).

A causa da aversão de Luís Soares em relação à prima, Adelaide, está diretamente ligado à condição financeira dela. Para ele, casar-se com Adelaide significaria compartilhar ou até mesmo diminuir sua própria riqueza, em vez de aumentá-la. Soares encara o casamento como uma transação financeira, priorizando seus interesses pecuniários. Essa visão sobre o casamento reflete a realidade social da época retratada por Machado de Assis.

Nas camadas seja nas mais abastadas ou pobres da sociedade, as uniões matrimoniais frequentemente eram influenciadas por interesses políticos, sociais e econômicos, em vez de serem guiadas por sentimentos românticos. O amor apaixonado não era a base predominante para a escolha do cônjuge naquela sociedade.

A temática acerca do casamento por conveniência, é perceptível no conto "Miss Dollar", que também está presente em "Contos Fluminenses", conta a história de uma jovem viúva, rica e bela. Seu primeiro marido a havia desposado devido à sua fortuna. Após ficar viúva, a moça recusa as propostas de segundas núpcias que lhe são feitas. Ela acredita que todos têm o mesmo objetivo: aproveitar-se de sua riqueza. Isso sugere que casar por interesse financeiro era uma norma mais comum do que uma exceção naquela sociedade na perspectiva Machadiana.

A narrativa de "Miss Dollar" retrata um cenário onde o casamento movido por

interesses financeiros era bastante comum, especialmente entre as classes abastadas. A protagonista, ciente de que muitos homens a cortejam apenas por sua fortuna, decide se proteger das investidas matrimoniais interesseiras e mantém-se cautelosa em relação ao amor e ao casamento.

Luís Soares não tinha a intenção de se casar com a prima Adelaide; seu objetivo era ganhar o máximo de tempo possível sem parecer estar desafiando o tio. Ele evitava Adelaide ao máximo, usando uma esquivança educada, mas suficiente para frustrar as pretensões matrimoniais da prima.

A conduta de Soares, embora o protegesse do casamento indesejado com Adelaide, também limitava suas possibilidades de ascensão social. Ao recusar as investidas matrimoniais baseadas em interesses financeiros, ele evitava uma aliança vantajosa, que poderia elevar seu status e fortuna na sociedade da época.

Contudo, os ventos da mudança estavam prestes a soprar sobre o jovem protagonista. Outrora, antes de falecer, o pai de Adelaide a entregou aos cuidados do Major Vilela e deixou trinta contos de réis para serem dados como dote. No entanto, a maior parte da herança da moça, trezentos contos de réis, foram deixados aos cuidados de um amigo da família, Anselmo Barroso de Vasconcelos.

A responsabilidade desse homem era garantir o cumprimento da última vontade do falecido: entregar o dinheiro a Adelaide após dez anos da morte do pai. Durante esse período, caso ela se casasse, o dinheiro seria entregue imediatamente. Porém, se ela permanecesse solteira, havia uma condição para receber os trezentos contos de réis: Adelaide só receberia a herança caso se casasse com seu primo, Luís Soares.

Essa trama complexa adiciona um elemento de suspense e intriga à história. A herança condicionada ao casamento com o primo coloca Adelaide em uma situação delicada, onde ela deve escolher entre a segurança financeira e a liberdade de escolha em seus relacionamentos.

Com os trinta contos de réis que Adelaide possuía como dote, isso representava apenas a quinta parte dos bens de Luís Soares quando ele ainda era rico. A fortuna dele somava aproximadamente cento e cinquenta contos de réis. No entanto, com a herança inesperada que Adelaide poderia receber, ela passaria a possuir mais do que o dobro da extinta fortuna de seu primo.

Essa mudança drástica em relação à fortuna de Adelaide oferece uma reviravolta na trama e cria uma tensão entre os personagens. A possibilidade de herdar uma quantidade tão significativa de dinheiro pode influenciar as decisões de Adelaide e de Luís Soares em relação

ao casamento e à herança.

Essa dinâmica financeira e emocional adiciona uma camada interessante à história, retratando as complexidades das relações humanas e as motivações por trás das escolhas dos personagens em um contexto social marcado pela busca de riqueza e status.

Com a cláusula estabelecida, caso Adelaide se recusasse a cumprir a condição do casamento com Luís Soares, o portador da herança ficaria com o dinheiro. O testador não considerou a possibilidade de Adelaide permanecer solteira ou de Luís Soares já estar casado. No entanto, como Luís Soares ainda estava solteiro e a condição testamentária era clara, a vontade do falecido deveria ser cumprida.

A partir da perspectiva da herança, casar-se com a prima Adelaide seria uma oportunidade vantajosa para Luís Soares, um “negócio da China”. Porém, ele precisava evitar dar a entender que seu interesse estava no legado. Seu plano era simular que aos poucos se enamorou da moça, para que suas verdadeiras motivações não fossem questionadas:

O plano de Luís Soares estava feito. Tratava-se de abater as armas pouco a pouco simulando-se vencido diante da influência de Adelaide. A circunstância da riqueza tornava necessária toda discrição. A transição devia ser lenta cumpria ser diplomata (ASSIS, 2019, p. 62).

Apesar de toda a cautela que Luís Soares empregou em sua mudança de atitude, ele não conseguiu escapar à perspicácia da prima, que adivinhou o verdadeiro motivo por trás de suas ações. A situação se inverteu: agora era Adelaide quem se esquivava educadamente, evitando o primo e recusando-se a receber suas cartas. Diante da insistência persistente de Luís Soares e de uma declaração de amor encenada, a moça decidiu tomar uma atitude de desforra:

-Trezentos contos! É muito dinheiro para comprar um miserável.
E deu-lhe as costas.
Soares ficou petrificado. Durante alguns minutos conservou-se na mesma posição, com os olhos fitos na moça que se afastava lentamente. O rapaz dobrava-se ao peso da humilhação. Não previra tão cruel desforra da parte de Adelaide. Nem uma palavra de ódio, nem um indício de raiva; apenas um calmo desdém, um desprezo tranquilo e soberano. Soares sofrera muito quando perdeu a fortuna; mas agora que seu orgulho foi humilhado sua dor foi infinitamente maior. (ASSIS, 2019, p. 64).

O desenrolar do conto revela a mudança de atitude de Adelaide ao perceber que Luís Soares estava interessado apenas na herança e não nela como pessoa. Diante disso, ela desiste do legado e não mais considera o casamento com o primo. Enquanto isso, Anselmo, o amigo da família responsável pelo cumprimento da cláusula testamentária, percebe a situação e decide entregar a herança à moça, mesmo sem o enlace com Luís Soares.

A família, com exceção de Soares, parte em uma viagem para o velho continente, mas

o final do conto é trágico e sombrio: ao perceber que perdeu definitivamente tanto a oportunidade de um casamento vantajoso com Adelaide quanto a possibilidade de receber a herança do tio, Luís Soares decide tirar sua própria vida através do suicídio.

O desfecho do conto traz à tona as consequências das ações e escolhas dos personagens, mostrando como a ganância e os interesses materiais podem levar a desfechos trágicos. A narrativa de Machado de Assis, mais uma vez, oferece uma reflexão profunda sobre as complexidades das relações humanas e as motivações por trás de decisões, além de abordar questões psicológicas e sociais que tornam suas histórias atemporais e impactantes para os leitores

O conto pode ser resumido como a história de um rapaz que desperdiçou a herança paterna, tornando-se pobre, e por arrogância e ambição perdeu a oportunidade de enriquecer novamente através de um bom casamento.

Contudo, a narrativa vai além do simples drama pessoal de Luís Soares e suscita reflexões sobre a sociedade do Império brasileiro. Luís faz parte de uma elite social que se mantém no poder e no ócio, desfrutando de privilégios sem precisar enfrentar as dificuldades do trabalho. A compra do próprio sustento com o suor do rosto é considerada uma realidade destinada àqueles que não pertencem à elite.

Através das ações e decisões de Luís Soares, o conto revela as disparidades sociais da época, onde as elites desfrutavam de riqueza e poder, enquanto a maioria da população enfrentava desafios econômicos e sociais. A obra de Machado de Assis é hábil em retratar as estruturas de poder e as dinâmicas sociais de seu tempo, oferecendo uma crítica mordaz à aristocracia ociosa e às injustiças sociais.

Assim, o conto vai além da história pessoal de Luís Soares e nos convida a refletir sobre a sociedade, suas hierarquias e as injustiças presentes em suas estruturas. A análise das relações humanas e das complexidades sociais fazem da obra de Machado de Assis uma leitura atemporal e profundamente relevante.

Vale salientar, que a utilização e citação de outros textos de Machado de Assis posteriores à coletânea "Contos Fluminenses" não devem ser vistas como uma mera reunião de detalhes desconexos para fundamentar a hipótese de que o casamento no século XIX era tratado como um negócio, mesmo que esse negócio trate de coisas sagradas, conforme ressaltou Faoro (1976, p. 224). Cada obra de Machado de Assis, incluindo suas criações após "Contos Fluminenses", tem sua própria narrativa e contexto específico, e é importante analisá-las em seus próprios méritos.

CAPÍTULO 2 – CENAS CARIOCAS: A CORTE BRASILEIRA ENTRE ESPAÇOS SOCIAIS E TRAMAS POLÍTICAS.

“A primeira vez que o Dr. Estêvão Soares falou ao deputado Meneses foi no Teatro Lírico no tempo da memorável luta entre lagruístas e chartonistas.⁴ Um amigo comum os apresentou ao outro. No fim da noite separaram-se oferecendo cada um deles os seus serviços e trocando os respectivos cartões de visita.”

(Machado de Assis, 1870).

O fragmento anterior, é a parte inicial do conto *A mulher de Preto*, publicado em 1870, na coletânea *Contos Fluminenses*. O enredo gira em torno de Dr. Estevão, um jovem médico de vinte e quatro anos, que estabelece amizade com o deputado Meneses, um homem de quarenta e sete anos.

Enquanto está imerso na vida social, Estevão conhece e se apaixona por uma mulher chamada Madalena, que parece ser uma "viúva" de trinta e quatro anos, com um filho. Ela é descrita como bela, graciosa e terna, com olhos encantadores e lábios que parecem feitos para

⁴ Os lagruístas eram os fãs da soprano italiana Emilia La Grua, que fizera uma turnê pelo Brasil em 1853 e se apresentara no Teatro Lírico, ao passo que os chartonistas eram os fãs da soprano francesa Anne Charton-Demeur, que havia se apresentado em várias cidades da América do Sul também no ano de 1853. O embate entre os lagruístas e os chartonistas, como descrito por Machado de Assis, reflete uma disputa simbólica que vai além da mera preferência por uma soprano estrangeira. Na trama, esse conflito serve como um espelho para as tensões e rivalidades entre os personagens masculinos que compartilham um interesse romântico pela mesma mulher, Madalena.

o amor.

Madalena convida Estevão para visitar sua casa e os dois se aproximam. Porém, posteriormente, revela-se que Madalena não é viúva, mas sim separada do deputado Meneses. O deputado havia rejeitado por acreditar que ela havia sido infiel, baseando-se em uma carta e um retrato como prova. No entanto, a verdade era um mal-entendido, e não infidelidade. Apaixonado, Estevão recebe de Madalena uma confissão do caso e o pedido de que ele ajude a reconciliar o casal, explicando o equívoco. Estevão concorda em cumprir o desejo de Madalena e trabalha para reunir o casal novamente, dissipando o mal-entendido. Posteriormente, Estevão foge para Minas Gerais, e Madalena compreende tudo o que aconteceu.

Essa história explora temas de amor, confiança, mal-entendidos e complexidade das relações humanas. Madalena e o deputado Meneses passam por uma situação de separação baseada em um erro de interpretação, e Estevão atua como intermediário para restaurar a verdade.

No entanto, neste capítulo, o foco não reside na análise literária da obra nem na exploração das relações humanas complexas presentes no conto de Machado de Assis. Em vez disso, o objetivo é examinar o cenário em que as ações dos narradores e personagens se desenrolam, considerando o contexto temporal e espacial. Neste caso, o cenário é o Rio de Janeiro, capital do Império Brasileiro e sede da corte, epicentro de teias sociais e tramas políticas.

O Rio de Janeiro da época era um lugar de grande importância e complexidade marcado por uma transição significativa, com transformações ocorrendo a partir da década de 1840. Na esfera política, o partido conservador, conhecido como Saquarema, estava ascendendo. Na economia, o café, estava emergindo como um pilar financeiro, impulsionado pelas grandes lavouras e auxiliado pela chegada da linha férrea e sua expansão pelo país.

Nas ruas da cidade, o comércio de produtos importados, cafés e confeitarias se tornaram parte da paisagem sonora, juntamente com a moda e as formas de entretenimento trazidas da Europa. Ir ao teatro e aos bailes elegantes, como os frequentados pelos personagens de Machado de Assis, eram atividades cotidianas para uma elite que prezava pelas convenções sociais.

Entretanto, em meio a todas essas mudanças, é possível identificar também elementos de continuidades. A escravidão persiste como uma instituição central, delineando uma sociedade profundamente enraizada na prática escravocrata. O capítulo analisa o pano de

fundo histórico e social contraditório em que se desenrola o conto de Machado de Assis, realçando a interseção entre a narrativa ficcional e o contexto histórico do Rio de Janeiro do Império.

Isso permite uma compreensão mais profunda das motivações dos personagens, das dinâmicas sociais e das questões culturais que influenciaram a história narrada pelo autor

2.1 O BRASIL NO SEGUNDO REINADO - PERCURSO DE UMA ORDEM POLÍTICA.

“Soares não desanimou o major. Disse que era natural acabar a sua existência na política, e chegou a dizer que algumas vezes sonhara com uma cadeira no parlamento.

— Pois eu verei se te posso arranjar isto, respondeu o tio. O que é preciso é que estudes a ciência da política, a história do nosso parlamento e do nosso governo; e principalmente é preciso que continues a ser o que és hoje: um rapaz sério.”

(Machado de Assis, 1870).

O período do Brasil Império, que se inicia no início do século XIX, mais precisamente em 1824⁵ com a promulgação da Constituição Imperial, desenha um cenário de extrema importância para compreender o desenvolvimento da ordem política no país. Essa afirmação não se fundamenta apenas no fato de que, durante esse período, os regentes portugueses estavam profundamente integrados ao contexto sociopolítico brasileiro da época.

Conforme a análise de Ilmar de Mattos (1987), a instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro desencadeou processos significativos. Por um lado, despertou a atenção das províncias em todo o território, focalizando a presença da realeza em solo nacional, o que reforçou a preexistente imagem da cidade do Rio como a "cabeça" do regime monárquico no país.

⁵ O ano de 1824, marca a promulgação da Carta Constitucional do Império, dessa forma, definido a ordem política e juridicamente o Império Brasileiro. Como fica evidenciado no Artigo 1º do documento, “Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admitte com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia. (BRAZIL,1824).

Por outro lado, essa instalação promoveu a gradual distinção da área da Corte em relação às demais regiões formadas devido à colonização. Isso foi impulsionado principalmente pela expansão do comércio e pelos interesses financeiros e burocráticos da monarquia, fortalecendo o processo de interiorização da metrópole, como expressamente nomeado pelo autor.

Esse período histórico moldou a estrutura política e social do Brasil Império, marcando a interação complexa entre a metrópole e suas províncias, bem como as dinâmicas de poder e diferenciação regional que surgiram a partir da presença da corte portuguesa e da influência do processo de colonização. Isso teve implicações profundas no desenvolvimento da nação brasileira, contribuindo para a definição de suas relações políticas, econômicas e culturais

No entanto o contexto político que será analisado nesse trabalho se concentra mais especificamente no chamado Segundo Reinado, palco das dinâmicas políticas, econômicas e sociais, muitas vezes retratadas nas obras de Machado de Assis. A partir de 1840, um período crucial se desenha na história brasileira, marcado pelo acirramento das disputas entre os dois principais grupos políticos da época, que buscavam cada vez mais influência e controle sobre o governo monárquico. Esses grupos eram conhecidos naquele tempo como Luzias e Saquaremas, e cada um adotava agendas políticas distintas, o que resultou em um cenário de confronto acirrado na arena política (Mattos, 1987).

Essa fase histórica é de suma importância, pois reflete a intensificação das tensões e rivalidades políticas no Brasil Império. Os Luzias e Saquaremas representavam diferentes visões e interesses políticos, Liberais e Conservadores respectivamente, muitas vezes refletindo também as diferenças regionais e econômicas do país. Suas lutas pelo poder tiveram impacto direto nas decisões governamentais e nas políticas adotadas durante esse período.

Ainda de acordo com as análises de Mattos (1987), esse confronto político moldou significativamente o rumo do Brasil durante o Império, influenciando as políticas econômicas, sociais e culturais, bem como as relações internas e externas. Essa rivalidade política também serviu para definir os contornos do sistema político imperial, contribuindo para a consolidação de certas tendências e características da governança monárquica.

Os grupos Luzias e Saquaremas tinham a capacidade de se apresentarem simultaneamente como semelhantes, diferentes e hierarquizados. Essa dinâmica permitiu o desenvolvimento de uma relação íntima entre os membros de cada partido, assim como entre

as principais forças políticas dentro do cenário governamental. Tudo isso estava alinhado com o objetivo comum de alcançar a dominação política. A despeito das diferenças práticas em seus projetos de governo, a essência era a mesma: ambas eram estratégias para consolidar o controle político.

Embora os projetos de governo dos Luzias e Saquaremas aparentassem divergências práticas, eles compartilhavam uma essência semelhante, que era a busca pelo domínio político. Os dois grupos almejavam controlar o poder estatal, mas seus enfoques eram distintos. Para os Luzias, a centralização do poder nas mãos da monarquia era percebida como uma ameaça tanto para o país quanto para as liberdades individuais. Por outro lado, os Saquaremas acreditavam que a centralização do poder monárquico era a solução viável, permitindo a manutenção da dominação ancorada na mão de obra escrava e reforçando a soberania nacional sobre todo o território brasileiro.

Essa interseção de semelhanças e diferenças criou uma relação complexa entre os dois grupos políticos, resultando em uma coexistência paradoxal. Enquanto competiam por influência e poder, também encontravam pontos de convergência que permitiam uma colaboração pragmática em busca de seus objetivos políticos.

Portanto, embora possuíssem distintos enfoques práticos, os projetos políticos dos Luzias e Saquaremas partilhavam uma base de aspiração ao domínio político. Essa relação dinâmica e interdependente moldou significativamente o cenário político do Brasil Império e influenciou as trajetórias do país durante essa época crucial.

Enquanto os Luzias sustentavam um projeto fundamentado em princípios de caráter privado, liberal, com enfoque local e defesa da descentralização político-administrativa, os Saquaremas advogavam pela consolidação da ordem pública, fortalecimento do poder central e centralização político-administrativa (Mattos, 1987). Como observado por José Murilo de Carvalho (2011):

Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador. (CARVALHO, 2011, p. 206).

Os Luzias, como resultado de sua organização, formaram o que ficou conhecido como o Partido Liberal. O programa político desse partido incluía várias proposições, tais como: a implementação de eleições diretas nas cidades maiores, embora não contemplasse o sufrágio universal; a criação de um Senado temporário; a abolição da Guarda Nacional; a garantia das liberdades fundamentais de consciência, educação, comércio e indústria; e a abolição gradual

da escravidão, começando pela emancipação dos filhos de escravos, que posteriormente foi efetivada pela Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871. Esse programa visava a descentralização da administração e a flexibilização das leis (Carvalho, 2011).

Em contraste, a atuação de ex-restauradores e ex-moderados resultou na formação do Partido Conservador, cuja composição social era predominantemente composta por burocratas e proprietários de terra. Os conservadores fluminenses eram frequentemente referidos como "Saquaremas", e essa designação se devia em grande parte à sua tendência de organização e liderança sob a "trindade saquarema": Rodrigo Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Esses indivíduos desempenhariam papéis de destaque na atuação Saquarema no cenário político imperial, tornando-se figuras de referência nesse contexto.

Essa "trindade" constituía o núcleo do grupo que moldou e deu voz às forças ativas na arena política, definindo a orientação e o conteúdo político do Estado imperial. O Estado imperial demonstrava uma conexão político-partidária marcante com o grupo conservador, principalmente porque o programa político desse partido estava diretamente alinhado com as necessidades de dominação e centralização da monarquia constitucional. Como argumentado por Ilmar de Mattos (1987):

Entender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial como processos recíprocos é justamente compreender esta dupla dimensão do ato de governar, é ter em consideração o Estado em suas funções de dominação e de direção, é conceber a Coroa como um partido. (MATTOS, 1987, p. 169).

No que diz respeito à composição social dos dois partidos, José Murilo de Carvalho (2011, p. 212) enfatiza que "o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e proprietários de terra, enquanto o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e também proprietários de terra." Essa análise, proposta por José Murilo de Carvalho, fortalece a argumentação de Ilmar de Mattos sobre a construção da ordem através de um partido específico. Isso se deve ao fato de que, ao examinarmos a composição social dos partidos, fica evidente a afinidade de seus programas partidários com os interesses de seus apoiadores.

Portanto, visto que o Partido Conservador era formado principalmente por burocratas e proprietários de terra, é compreensível que o projeto político Saquarema tivesse um respaldo mais sólido entre os eleitores da época, que eram majoritariamente proprietários de terra. Enquanto isso, os profissionais liberais e os comerciantes capitalistas ainda não desempenhavam papéis significativos na arena política imperial, o que diminuía as chances do projeto liberal se consolidar como um programa de governo viável.

Apesar das divergências programáticas e das diferenças políticas apresentadas pelos dois grupos analisados, neste momento gostaríamos de explorar as perspectivas de José Murilo de Carvalho e Ilmar de Mattos em relação às condições sociais e econômicas dos membros desses partidos, assim como a sua relação com o sucesso do projeto conservador na construção da ordem política nacional. Ilmar de Mattos (1987) parte da premissa de que havia uma divisão social entre as classes políticas dominantes. No entanto, José Murilo de Carvalho (2011) discorda dessa visão, afirmando que, no período imperial, um dos elementos essenciais que possibilitou a construção de uma ordem política específica no Brasil foi exatamente a coesão da elite política como um grupo bem articulado e organizado, embora não consensual.

Enquanto Ilmar de Mattos argumenta que havia clivagens sociais entre os membros dos partidos, indicando diferenças significativas nas origens e interesses das elites políticas, José Murilo de Carvalho defende que, apesar das discordâncias internas, havia uma coesão entre as diferentes facções da elite política. Essa coesão, de acordo com Carvalho, permitia que a elite se mantivesse no poder e fosse capaz de construir uma ordem política que atendesse aos seus interesses.

Portanto, as duas perspectivas divergem quanto à percepção das relações sociais e econômicas entre os membros dos partidos e seu papel na vitória do projeto conservador na consolidação da ordem política no Brasil imperial. Enquanto Ilmar de Mattos enfatiza as divisões e divergências, José Murilo de Carvalho destaca a coesão e a capacidade da elite política em manter seu poder e direcionar o curso político do país.

A sociedade brasileira durante o período imperial era predominantemente aristocrática. As diversas camadas da população não apenas se diferenciavam por renda, mas também por cor, e essas distinções resultavam em uma segregação social. Cada grupo reconhecia seu lugar e função na sociedade, e havia uma forte identificação dentro de cada estrato social. A interação entre os diferentes grupos era limitada, e não havia uma forte inclinação para a socialização entre eles.

Além disso, as características geográficas e territoriais também desempenhavam um papel significativo nessa época. Conforme apontado por Ilmar de Mattos (1987), havia uma percepção generalizada de que os habitantes do interior, conhecido como sertão, eram considerados mais rudes e carentes de valores morais, enquanto os habitantes do litoral eram vistos como mais civilizados e refinados. Portanto, além das distinções baseadas em cor e renda, o lugar que cada grupo ocupava também contribuía para a definição e estratificação social.

Outro aspecto significativo na diferenciação entre os indivíduos estava relacionado ao seu envolvimento na vida pública e política. Aqueles que conseguiam dedicar tempo e recursos para se envolverem ativamente na política eram vistos como mais nobres e respeitados, enquanto aqueles que não tinham essa oportunidade devido ao trabalho constante eram considerados inferiores. Isso contribuiu para a configuração social da sociedade imperial em três principais estratos: a classe dos brancos ricos que participavam ativamente da política nacional; o grupo composto por pessoas de menor poder econômico; e, por fim, a população escrava.

Nesse aspecto específico, José Murilo de Carvalho concorda com Ilmar de Mattos quanto à existência de uma sociedade altamente estratificada. Desde o início, essa sociedade era construída sobre bases que excluía a participação política, a liberdade individual e os direitos civis e sociais de muitos. Exemplos claros dessa caracterização social incluem a continuidade e proliferação da escravidão durante todo o período imperial, bem como os baixos índices de alfabetização da população em geral. Essa estrutura social profundamente estratificada e excludente contribuiu para moldar as dinâmicas políticas e sociais do Brasil Império.

Com base nessa estrutura sociopolítica específica, podemos começar a compreender como a ordem política foi construída durante o período imperial. Segundo Ilmar de Mattos (1987), a atuação dos Saquaremas e de elementos políticos conservadores desempenhou um papel essencial nesse processo. Os proprietários de terras, especialmente entre o final do período da Regência e os anos 1860, tiveram um papel crucial na formação desse cenário político.

A base de domínio dessa oligarquia estava na manutenção da instituição da escravidão. Para garantir a perpetuação dessa ordem, era necessário centralizar o poder nas mãos do imperador. O imperador assumia a responsabilidade de assegurar a integridade territorial do país e preservar o controle sobre o uso da mão de obra escrava nas plantações. Esse projeto político refletia a vitória da época.

Portanto, a centralização do poder nas mãos do imperador e a manutenção da escravidão eram elementos interligados que sustentavam a ordem política vigente. Essa dinâmica política refletia os interesses e a configuração da elite proprietária de terras, que buscava manter seu domínio social e econômico por meio do controle sobre a mão de obra escrava e da centralização do poder.

Numa passagem ilustrativa dessa divergência entre os dois principais grupos políticos

da época, Ilmar de Mattos (1987) destaca a oposição dos Conservadores aos Liberais:

Opunham-se aos Liberais por discordarem que aos Representantes da Nação deveria caber a escolha da política a ser seguida 'para fazer o bem do país'. Sustentavam que, se assim fosse, o Poder Executivo tornar-se-ia uma simples comissão do Poder Legislativo, e daí decorreria não só a confusão entre os poderes mas também à irresponsabilidade do Executivo; sustentavam também que, a prevalecer aquela opinião, o Poder Moderador estaria atingido em sua definição constitucional, pois não mais teria a necessária liberdade para demitir um ministro que estivesse executando uma política alheia. (MATTOS, 1987, p. 144).

A partir dessa passagem, torna-se claro, na visão do autor, quais eram as principais divergências em relação ao modo de governo entre os liberais e conservadores. A premissa liberal de dar predominância à Câmara em detrimento do Executivo na tomada de decisões é um dos pontos essenciais dessa discussão. Os conservadores defendiam a centralização da dominação nas mãos do Imperador, enquanto atribuíam ao Legislativo o papel de "conciliador". Outro ponto fundamental de discordância estava na legitimidade do Poder Moderador, cujo uso pelo Imperador já era previsto pela Constituição desde 1824. Os liberais, que advogavam pela não interferência do Estado na esfera privada e pela redução do poder do Executivo, criticavam duramente a prerrogativa desse instrumento político, que frequentemente era empregado como manobra política para salvaguardar interesses particulares no âmbito político.

José Murilo de Carvalho concorda em grande parte com Ilmar de Mattos quando se trata do papel dos conservadores na construção da ordem política imperial. Embora Carvalho tenha dedicado mais análise à composição social e econômica da classe política dominante, ele afirma que os principais arquitetos do Estado, ligados à lógica do Partido Conservador, pertenciam a uma classe social homogênea. Essa homogeneidade se manifestava tanto em termos de socialização e formação quanto de carreira política. Sem entrar em detalhes específicos, José Murilo de Carvalho destaca o fato de que a maioria da elite brasileira frequentava universidades, especialmente a Universidade de Coimbra, com um foco significativo nas áreas jurídicas, e compartilhava opiniões semelhantes sobre determinados fenômenos políticos.

Essa mesma elite desempenhava um papel ativo na gestão dos assuntos públicos, mantendo-se vigilante em relação aos debates em curso na época e propondo reformas e intervenções. Além disso, eles circulavam por todo o território nacional ocupando cargos públicos, e muitos deles tinham um envolvimento direto nas demandas agrícolas de exportação. A educação e a formação eram características marcantes dessa elite, que tinha uma forte ligação com os cargos públicos administrativos. Muitos deles eram latifundiários e

apoiavam fervorosamente o desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação no Brasil. Isso acabou resultando na concentração de grandes extensões de terras nas mãos de um pequeno número de proprietários. Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2011):

Argumentamos, portanto, que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. [...] A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. (CARVALHO, 2011, p. 21).

Dessa forma, a ascensão bem-sucedida do projeto Saquarema representou a estratégia adotada pelos conservadores para preservar sua supremacia política e econômica. Os interesses ligados à agricultura de exportação, que forneciam os recursos necessários para a subsistência do Estado imperial, acabaram prevalecendo sobre outras possíveis alternativas.

Certamente, o processo de construção da ordem política no Brasil Império foi resultado de escolhas políticas complexas e da interação entre diferentes projetos e interesses. A ascensão do projeto Saquarema, baseado nos interesses conservadores e agrário-exportadores, não foi uma imposição unilateral, mas uma opção que prevaleceu em meio às circunstâncias políticas e ideológicas da época.

A noção de que os liberais eram simplesmente uma "comédia" não é precisa. Eles possuíam um projeto político consistente e vislumbravam a construção de um modelo político diferente, mas as contingências políticas e o poder das ideias conservadoras acabaram influenciando os rumos tomados.

A partir dos anos 1860, houve mudanças significativas no cenário político e social. A expansão da educação e o aumento do comércio trouxeram uma maior conscientização política para um grupo mais amplo de pessoas, que passaram a pressionar por maior participação política e a questionar a centralização do poder. A atuação ativa dos comerciantes na política também contribuiu para a mudança de dinâmica.

Essa transformação política e o questionamento das prerrogativas conservadoras foram fundamentais para o desenrolar dos eventos que levaram à Proclamação da República em 1889. Portanto, a construção da ordem política no Brasil Império foi um processo dinâmico e multifacetado, moldado por diferentes atores, interesses e contextos históricos.

2.2 SOCIEDADE E SOCIABILIDADES: A CORTE BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO.

“Morava só; tinha um escravo, da mesma idade que ele, e cria da casa do pai, - mais irmão do que escravo, na dedicação e no afeto.”

(Machado de Assis, 1870).

“A escravidão era e seria, até o final do reinado de D. Pedro II, a grande contradição de seu Império, que pretendia, quase, europeu.”

(Lilia Moritz Schwarcz, 1998)

No cenário do Segundo Reinado no Brasil, a monarquia se destacava como uma forma de governo inserida em um continente predominantemente republicano. Essa contradição era amplificada pela figura do imperador, que se apresentava com um ar de cidadão e portador de ideias liberais, em um contexto onde as monarquias estavam sendo gradualmente substituídas por repúblicas em várias partes do continente.

A Corte imperial também desempenhava um papel importante nesse período. Composta por nobres tradicionais e muitos novos-ricos, ela se esforçava para criar uma imagem de sofisticação europeia, apesar das características tropicais do Brasil. Esse desejo por uma impressão europeia muitas vezes resultava em uma busca por padrões culturais e de comportamento que eram influenciados pelo modelo europeu.

No entanto, essa imagem de homogeneidade europeia contrastava fortemente com a realidade cultural diversificada do país. A população brasileira era marcada por uma grande variedade étnica e cultural. Muitas pessoas já eram mestiças, resultado da mistura de povos indígenas, brancos e negros. A presença de uma população afrodescendente significativa, também era uma característica marcante da sociedade.

Como apontado pela historiadora Lillian Schwarcz (1998), a imagem da escravidão apresentava-se como uma contradição frente a uma sociedade que buscava introduzir em seu cotidiano “bons costumes”, principalmente importando-os do “Velho Continente”. A grande quantidade de cativos vivendo no Rio de Janeiro era perceptível, Alencastro (1997) afirma que segundo o censo de 1849, um em cada três habitantes do município do Rio de Janeiro havia nascido na África, e continua:

Tamanho volume de escravos dá à corte as características de uma cidade quase negra e — na seqüência do boom do tráfico negreiro nos anos 1840 — de uma cidade meio africana. No núcleo urbano do município, formado pelas nove

paróquias centrais, as percentagens eram menores, mas o impacto da presença escrava parecia maior, na medida em que envolvia o centro nervoso da capital, sede dos principais edifícios públicos, as praças, as ruas e o comércio mais importantes do Império.²³ Do total de 206 mil habitantes que moravam na área nos anos 1850, 79 mil (38%) eram cativos. (ALENCASTRO, 1997, p.25)

A presença de diversas crenças e costumes dentro de um único governo, religião e ideal era propícia para criar contrastes entre as aspirações e a realidade. A população do país estava longe de ser um modelo de sociedade civilizada conforme desejado pela elite imperial, e ainda mais afastada da visão de uma Corte que refletisse o modelo europeu, como ansiavam os novos nobres. Apesar dos esforços consideráveis e das fortunas gastas para promover uma vida social intensa, distintiva e luxuosa, a realidade frequentemente não se alinhava com esses ideais.

A população brasileira era uma mistura de diferentes origens étnicas, tradições culturais e práticas sociais, refletindo as complexas influências históricas do país. O desejo da elite de construir uma sociedade civilizada muitas vezes contrastava com a realidade da população, que não necessariamente compartilhava das mesmas aspirações ou conseguia se adequar completamente a esses ideais.

Apesar dos esforços empregados para criar uma Corte distinta e luxuosa que refletisse os padrões europeus, essa imitação nem sempre era plenamente bem-sucedida. A realidade brasileira era marcada por uma série de elementos que não se encaixavam facilmente nos moldes europeus, como a diversidade étnica e a mistura de influências culturais. Isso criava um contraste entre o que era desejado e o que era possível de ser alcançado.

Mesmo em centros urbanos do país, como a província da Bahia, onde a gente elegante imitava comportamentos europeus, ainda se podia notar essa dicotomia. A imitação da Corte e da Europa era feita com um certo grau de adaptação à realidade local, e não necessariamente resultava em uma transformação completa da sociedade. Portanto, o contraste entre o que se pretendia alcançar e o que era possível na realidade era um elemento marcante no Brasil imperial. A diversidade cultural e social do país muitas vezes limitava a plena realização das aspirações da elite, resultando em uma complexa interação entre ideais, práticas e realidade.

Entretanto na perspectiva de Alencastro (1997), o regime monárquico moldou o comportamento e a dinâmica social do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, tendo como epicentro o Rio de Janeiro. A cidade, que era a capital política, econômica e cultural do país, desenvolveu um padrão de comportamento que influenciou a nação como um todo.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro se destacava como centro irradiador das "boas maneiras" e das normas sociais. No entanto, esse padrão de comportamento coexistia com o

contraste visível entre o grande número de escravos presentes na sociedade e as pretensões de civilização da Corte. Esse contraste comprometia a imagem da monarquia, que se orgulhava de ser a única representante da monarquia europeia na América.

Essa discrepância não passava despercebida pelos estrangeiros que visitavam o Brasil e viam uma nação sob um regime monárquico, mas com uma população majoritariamente composta por negros e mestiços. Nesse sentido Hebe de Castro ressalta:

A pluralidade étnica dos brasileiros impressionava os estrangeiros que, desde 1808, se avolumavam como viajantes, naturalistas ou comerciantes pelo país. Apesar disso, para além do espanto dos viajantes, são raros os registros dessa convivência interétnica do século passado fora da clássica relação senhor-escravo. (CASTRO, 1997, p.341).

No entanto, essa situação inicialmente não incomodava a sociedade da Corte, que era composta principalmente por fazendeiros escravocratas, comerciantes e funcionários públicos. Muitos deles eram produto da política de povoamento do país, que tinha como objetivo aumentar a presença portuguesa nas terras coloniais.

Nesse sentido destaca-se a dualidade entre as aspirações civilizadoras da monarquia e a realidade social e étnica do Brasil da época. O contraste entre esses elementos é interpretado como parte do processo de formação da identidade nacional e das complexas relações sociais que caracterizaram o país ao longo dos séculos seguintes.

Com o passar do tempo, entretanto, o sistema escravista brasileiro passou a representar uma ameaça à estabilidade da monarquia. Isso ocorreu por várias razões. Primeiramente, no século XIX, o Brasil era a única nação ocidental que ainda mantinha a escravidão como uma instituição legalizada. Enquanto outros países estavam gradualmente abolindo a escravidão, o Brasil continuava a permitir essa prática. Além disso, o Brasil fechava os olhos para o tráfico negreiro, apesar de ser considerado ilegal de acordo com tratados internacionais e nacionais.

Nesse sentido, o historiador norte americano Robert Conrad, ao analisar os últimos anos da escravidão no Brasil, afirma que:

A relutância brasileira para abandonar o sistema de escravos não foi apenas uma consequência da grande importância social e econômica da instituição. A Conservação da escravatura também estava intimamente relacionada com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e protegiam a maioria dos costumes e a instituições que o Brasil herdaram do passado colonial. (CONRAD, 1978, p.25)

A Inglaterra, em particular, estava fortemente empenhada em combater o tráfico de escravos e pressionava o Brasil para acabar com essa atividade. Com o tempo, essa situação começou a gerar problemas para a monarquia imperial brasileira. O intenso comércio de

escravos contribuiu para uma grande circulação de africanos no país, especialmente na capital, a Corte. Esse influxo de negros começou a preocupar a elite imperial, que via os traficantes de escravos como uma ameaça à sua visão de uma sociedade hierárquica e "civilizada", baseada nos padrões europeus.

Não obstante, Alencastro (1997) cita o jornalista Evaristo da Veiga, redator do *Aurora Fluminense*, periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no século XIX e o escritor brasileiro, Gonçalves Dias:

As conseqüências internas do tráfico preocupavam mais ainda a elite imperial. Na *Aurora Fluminense*, o grande jornalista Evaristo da Veiga verberava, desde 1831, os negreiros que queriam "africanizar o Brasil", introduzindo cada vez mais escravos no Império. Quinze anos mais tarde, o sentimento do absurdo suscitado pelo panorama social e político do Império inspira a Gonçalves Dias o seu poema em prosa *Meditação* (1846), escrito depois de seu retorno da Universidade de Coimbra e três anos antes de sua mudança do Maranhão para o Rio de Janeiro: "E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes — vi somente escravos [...] Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império — consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros — porque julga que um vento inimigo o levou às Costas d'Africa. E conhece por fim que está no Brasil". (ALENCASTRO, 1997, p.29)

A elite temia que a presença crescente de africanos pudesse levar a um processo de "africanização" do Brasil, o que poderia afetar a estrutura social e política do país. Dessa forma, a persistência do sistema escravista e do tráfico de escravos, em meio a pressões internacionais e às preocupações internas da elite imperial, contribuiu para criar um contexto complexo e desafiador para a monarquia brasileira no século XIX.

A elite brasileira enfrentava um dilema complexo em relação ao sistema escravista. Por um lado, a mão de obra escrava era fundamental para sustentar as grandes plantações e latifúndios espalhados por todo o país. Por outro lado, a presença desse sistema degradante e brutal impregnava o Brasil com uma mancha perante outras nações, que o viam como atrasado e bárbaro devido à prática da escravidão.

Esse paradoxo era agravado pela intrusão do sistema escravista nas esferas privadas dos lares da elite. Essa classe social procurava manter uma imagem de civilidade e sofisticação, mas o sistema escravista introduzia uma instabilidade que precisava ser estritamente controlada para que a elite não perdesse sua posição social e poder.

O Brasil só conseguiria se libertar dessa imagem negativa perante o mundo após a abolição da escravidão em 1888 e a adoção de uma política de imigração no final do século XIX. Mesmo com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a chegada de imigrantes europeus em grande número, o país já estava estruturado como uma nação composta por brancos, negros e mestiços.

O desafio que se colocava era como (re)construir a identidade do Brasil de forma a representar a complexa diversidade que o constituía. Essa identidade precisava abraçar a coexistência de diferentes credos, raças e status sociais. Como menciona Schwarcz (1998), essa tarefa era complexa, pois o Brasil estava construindo sua identidade a partir de muitos empréstimos culturais e incorporações de influências variadas, formando uma identidade única e multifacetada.

No mesmo contexto, a elite do século XIX, embora numericamente menor em comparação com a população de mestiços que compunha o Brasil, exerceu um papel de significativa influência na sociedade. Essa elite, em grande parte composta por brancos, estabeleceu critérios estritos para classificar a sociedade de acordo com suas próprias conveniências.

Entretanto vale ressaltar que em 1835, o Brasil tinha uma população de cerca de cinco milhões de habitantes, dos quais somente cinco mil eram eleitores. O direito de voto estava reservado apenas para aqueles que satisfizessem as exigências estabelecidas pela elite, que moldava as categorias de cidadania de acordo com suas próprias necessidades e interesses.

Sobre o direito de votar e ser votado, a Constituição vigente assegurava:

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fábricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos. (Brazil, 1824)

Essas categorias eram definidas principalmente pela raça dos indivíduos, o que refletia o poder de controle e classificação mantido pela classe dominante. De acordo com essa classificação, a elite determinava três categorias principais: brancos, considerados cidadãos ativos; pardos (englobando tanto os brancos pobres quanto os escravos libertos), considerados cidadãos não ativos; e negros, que eram excluídos do estatuto de cidadãos. Essa divisão refletia não apenas questões raciais, mas também a hierarquia social e política estabelecida pela elite para manter seu controle sobre a sociedade e os recursos do país.

No contexto do século XIX no Brasil, ser considerado cidadão implicava em cumprir

uma série de requisitos que excluía tanto estrangeiros quanto escravos da cidadania. De acordo com a visão da época, cidadãos eram aqueles nascidos no Brasil e que possuíam a liberdade de autodeterminação. Isso criava uma distinção entre diferentes grupos sociais. A Carta Constitucional reconhecia enquanto Cidadão Brasileiro:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação. (BRAZIL,1824)

Segundo Ilmar de Mattos (1991), um estrangeiro não poderia ser considerado um brasileiro porque não tinha nascido no Brasil. Da mesma forma, um escravo não poderia ser considerado um cidadão brasileiro, pois não possuía a liberdade. Naquela sociedade, a escravidão significava que os escravos eram propriedade de seus senhores e não possuíam autonomia pessoal.

Era uma visão profundamente discriminatória e desumanizadora que relegava os escravos a um status de subumanos, não os considerando como pessoas, mas como propriedade. Isso também perpetuava a ideia de que a cidadania estava vinculada à liberdade individual e excluía grupos inteiros da população brasileira da participação política e dos direitos civis. Portanto, nesse contexto, a cidadania e a consideração como brasileiro estavam diretamente ligadas à liberdade e à origem do nascimento, excluindo tanto estrangeiros quanto escravos da plena participação na sociedade.

O trecho que Mattos (1991) utiliza do romance "Memórias Póstumas de Brás Cubas" de Machado de Assis ilustra a maneira desumana como os negros eram tratados no sistema escravista:

(...) Prudêncio, um moleque da casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou quando muito, um “ai, nhonhô!” ao que eu retorquia: Cala a boca, besta. (ASSIS, 1998, p.32)

No contexto do livro, Brás Cubas, o protagonista, trata seu escravo como mera propriedade, desprovida de direitos e dignidade. Através dessa representação, Machado de

Assis critica a desumanização inerente à escravidão. Ao descrever a maneira em que Brás Cubas enxergava seu escravo como uma extensão de sua vontade e desejos, o trecho destaca a maneira como as relações entre senhores e escravos eram fundamentadas na exploração e no poder desmedido. Essa passagem do romance é um exemplo poderoso do modo como a sociedade escravista reduzia os indivíduos escravizados à condição de propriedade, negando-lhes sua humanidade e submetendo-os a um sistema de opressão.

No conto "Pai Contra Mãe" publicado na coletânea *Relíquias da Casa Velha* do ano de 1906, Machado de Assis explora a cruel realidade da escravidão e como os escravos eram tratados enquanto propriedades valiosas para seus donos. O narrador explicita como a relação entre escravos e proprietários era predominantemente orientada pelo aspecto econômico:

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. (ASSIS, 2017, p.53)

O conto retrata a história de um caçador de escravos que enfrenta a complexidade de seu negócio, enquanto sua esposa lida com dilemas morais. A narrativa ilustra a visão mercantilista sobre os escravos, onde a perda de um escravo é encarada como uma diminuição no patrimônio financeiro do proprietário. Essa perspectiva desumanizadora revela como os indivíduos escravizados eram considerados não como seres humanos, mas como bens materiais.

Através de obras como "Pai Contra Mãe", Machado de Assis contribuiu para a crítica à escravidão e para a reflexão sobre a moralidade da sociedade da época. Suas narrativas expõem as contradições e injustiças do sistema escravista, instigando os leitores a considerar as implicações humanas e éticas dessa instituição opressora.

Certamente, a definição de cidadania e nacionalidade no contexto da sociedade imperial e escravista do Brasil estava intrinsecamente ligada à cor da pele e ao status de liberdade. No entanto, essa definição muitas vezes era moldada pelos interesses individuais e pelas necessidades dos proprietários de escravos, o que introduzia uma complexidade adicional à dinâmica da relação senhor-escravo.

A cor da pele desempenhava um papel crucial na classificação social, determinando quem seria considerado cidadão e quem não teria direitos. A elite branca detinha o poder e exercia controle sobre essa definição, o que resultava em uma hierarquia rígida que negava cidadania e liberdade às pessoas de cor. No entanto, essa definição não era aplicada de forma

uniforme, pois os interesses econômicos muitas vezes influenciavam a maneira como as regras eram aplicadas.

Portanto, enquanto a cor da pele e a condição de escravo ou liberto eram fatores determinantes para a cidadania na sociedade imperial e escravista do Brasil, as nuances e as exceções mostram como os interesses individuais e econômicos frequentemente influenciavam a aplicação dessas definições, adicionando ainda mais complexidade ao sistema.

Contudo, para além dessa sociedade carioca, marcada por uma complexidade em suas relações sociais, políticas e econômicas, a corte brasileira, é um lugar de transformações. O contexto do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX estava repleto de mudanças e novidades que influenciaram a vida cotidiana e a cultura da época. A introdução de elementos como o piano na sociedade carioca é um exemplo de como essas transformações se manifestavam no dia a dia das pessoas e refletiam as aspirações sociais e culturais da época.

Fiel observador atento da vida urbana e das transformações sociais que ocorriam na cidade durante o século XIX. Machado é conhecido por retratar com maestria a atmosfera e as nuances da sociedade carioca de sua época, bem como explorar temas complexos como a psicologia humana e as relações sociais. Portador de uma sensibilidade única para capturar os detalhes do cotidiano e transformá-los em narrativas literárias profundas e rútilas.

O maior destaque vai para a Rua do Ouvidor, cenário vibrante e significativo na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Localizada no centro da cidade, a rua do Ouvidor desempenhou um papel crucial na vida cultural, social e política da época. Sua importância era tamanha que atraiu a atenção do próprio Machado, que a utilizou como pano de fundo para várias de suas histórias e romances.

A rua abrigava as redações dos principais jornais da época, tornando-se um ponto de encontro para escritores, intelectuais e jornalistas. Essa atmosfera agitada e intelectualmente estimulante provavelmente influenciou Machado em suas observações sociais e na criação de personagens e enredos que refletiam as complexidades da vida urbana carioca.

A rua do Ouvidor também simbolizava as mudanças e transformações que o Rio de Janeiro estava passando naquele período. Ela era um lugar onde diferentes estratos sociais se cruzavam, onde a elite se encontrava com a classe média e os mais diversos tipos de pessoas conviviam. Essa diversidade de interações humanas ofereceu a Machado uma rica fonte de inspiração para explorar as relações sociais, os conflitos e as dinâmicas da sociedade.

A rua do Ouvidor, com seu cenário multifacetado e seu papel central na vida literária e

social do Rio de Janeiro, acabou se tornando um reflexo da própria visão de Machado de Assis sobre a sociedade de sua época. Suas descrições detalhadas e seus personagens que habitam esse cenário contribuíram para a riqueza de suas narrativas e para a compreensão do contexto histórico em que suas histórias se desenvolviam.

Quando entramos na casa, temos o piano, sendo um instrumento musical sofisticado e muitas vezes associado à classe social mais alta, tornou-se um símbolo de status e ascensão social. Possuir um piano não apenas indicava uma afinidade com a cultura e a música, mas também sinalizava um certo nível de riqueza e prestígio. Era um objeto de desejo para muitos, tanto que as pessoas recorriam a diferentes meios para adquiri-lo, como a compra à vista, aquisições de segunda mão ou até mesmo através de crediário.

Alencastro (1997) ilustra como os pianos se tornaram tão presentes na sociedade que havia diferentes formas de adquiri-los, independentemente das circunstâncias financeiras individuais. Isso também aponta para a importância dada à imagem e à reputação dentro da sociedade carioca da época. O piano também é retratado nos textos de Machado de Assis, a exemplo do conto *A mulher de Preto*, “Estêvão tocava piano, e às vezes executava algum pedaço de música a pedido de Madalena”.

A introdução do sorvete no Brasil é um exemplo interessante de como as mudanças nos padrões de comércio e o acesso a novas tecnologias podem impactar a cultura e os hábitos alimentares de uma sociedade. O fato de que o sorvete chegou ao Brasil em 1834 através de um navio norte-americano vindos de Boston, trazendo consigo toneladas de gelo, destaca como o avanço das tecnologias de transporte marítimo tornou possível trazer produtos perecíveis de outras partes do mundo.

Os comerciantes Deroche e Lorenzo Fallas reconheceram a oportunidade de negócios ao adquirir o gelo e começar a servir sorvetes de frutas em seus estabelecimentos no Rio de Janeiro. A novidade do sorvete, uma iguaria refrescante e saborosa, rapidamente se tornou um sucesso entre a população. No entanto, é interessante notar que, naquela época, a conservação do gelo era um desafio significativo, uma vez que não havia tecnologias avançadas de refrigeração.

Esse episódio não apenas revela como a inovação tecnológica e o comércio internacional podem influenciar a culinária e os hábitos alimentares de uma sociedade, mas também ilustra como elementos culturais e novidades podem ser incorporados à vida cotidiana das pessoas. O sucesso inicial do sorvete no Brasil demonstra como as novas experiências gastronômicas podem ser prontamente adotadas e apreciadas pelo público,

independentemente das circunstâncias.

Machado de Assis, no mesmo conto citado anteriormente, insere a prática de tomar sorvete na sociabilidade dos personagens:

Achava-se Mendonça uma vez à porta do Carceller, onde acabava de tomar sorvete em companhia de um indivíduo, amigo dele, quando viu passar um carro, e dentro do carro duas senhoras que lhe pareceram as senhoras de Mata-cavalos. Mendonça fez um movimento de espanto que não escapou ao amigo. (ASSIS, 1870, p.23)

O Segundo Reinado foi uma época de contrastes, onde a estrutura monárquica convivia com a diversidade étnica e social da nação. Essa dualidade influenciou a formação da identidade nacional brasileira e desempenhou um papel significativo nos eventos que levariam à queda da monarquia e à Proclamação da República em 1889. Além de que, o período ficou marcado pelas transformações na sociedade.

No qual, elementos culturais e sociais presentes nos detalhes da vida cotidiana, como a posse de pianos ou sair para tomar sorvete, revelam o cenário de transformações e aspirações que influenciaram a maneira como as pessoas se percebiam e se posicionavam em uma sociedade em constante mudança no século XIX. Portanto, o contexto do Rio de Janeiro naquele período é marcado por uma combinação de fatores, incluindo mudanças econômicas, sociais e culturais, que moldaram a vida das pessoas e influenciaram a produção literária da época, como os contos de Machado de Assis.

Em uma noite estrelada mas úmida e quente, a cidade do Rio experimentava um vai e vem de pessoas, homens e rapazes saíam do Alcazar e de bares do centro cidade. Na rua Matacavalos, da Quitanda ou do Ouvidor, um dos mancebos chega à sua casa depois de uma noite festiva e de muito conagraçamento com seus amigos. Resta-lhe o descanso daqueles que herdaram riquezas numa sociedade de cunho patrimonial. Pela manhã, quando o sol já encontra no meio do céu, alguém bate em sua porta. Era o Banqueiro, que pela sexta vez o buscava avisar o jovem dos crescentes débitos e deterioração de sua riqueza. Como de costume quem abriu a porta foi o escravo Manuel, ele diferente de seu senhor (de mesma idade), não gozava dos passeios públicos no Largo do Paço, ou dos prazeres noturnos da Corte. Contudo, por ele passava a comunicação do que havia entre a vida pública e a vida privada de seu senhor.

Em resumo, a relação especial de Machado de Assis com os cantos do Rio de Janeiro se manifestou através de sua literatura, na qual ele retratou a cidade com um olhar atento e uma habilidade única para explorar as dimensões humanas e sociais que moldaram a realidade carioca do século XIX, a exemplo as rupturas e continuidades da escravidão. Assim, a cidade

mais do que um mero cenário para suas histórias, torna-se uma personagem por si só, com características, nuances e uma atmosfera únicas que permeiam muitos dos escritos Machadianos. Corroborando dessa forma, para o diálogo mutuamente benéfico entre história e literatura, no qual literatura fornece um meio para explorar e dar vida ao passado, e a história oferece contexto e compreensão crítica para as obras literárias.

CAPÍTULO 3 – LINHA RETA E LINHA CURVA: OS CIRCUITOS DO TEMPO E DOS PROTAGONISTAS EM MACHADO DE ASSIS.

Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

(Lei do Ventre Livre, 1871)

A bandeira da democracia, que abriga todos os

direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma de patriotismo e não de exclusivismo, e, aceitando a participação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos.

(Manifesto Republicano de 1870)

Quem visitasse o Brasil nos anos 70 do século XIX, notaria uma atmosfera agitada no cotidiano político e social dos cidadãos ou não cidadãos do Império. Em 03 de dezembro de 1870, o jornal *A República* publica em suas páginas um documento, que posteriormente ficaria conhecido como um marco na organização e formalização das propostas do movimento republicano no Brasil. O documento defende a transformação do país em uma República federativa, buscando alinhar-se com a realidade política de outros países do continente. Essa mudança visava garantir uma maior autonomia das províncias em relação ao governo central, o que era particularmente interessante para os cafeicultores de São Paulo, pois lhes permitiria estabelecer relações diretas com o mercado externo. Além disso, o manifesto propunha a laicidade do ensino, a separação entre o Estado e a Igreja, e a renovação do Senado. Além dos políticos, os oficiais do Exército também participaram das discussões sobre o republicanismo, especialmente após a Guerra do Paraguai.

Um dos assuntos que de forma discreta aparece no Manifesto Republicano, está relacionado a quebra da manutenção do sistema escravocrata. Em todo o documento não é citado em nenhum parágrafo de forma direta, uma crítica se quer ao sistema. Contudo, no ano seguinte, mais especificamente na Primavera Brasileira de 1871, período que marca as mudanças nas temperaturas, representando a transição entre uma estação muito seca e outra muito úmida, assim apresentando temperaturas que tendem a elevar-se ao longo da estação, é promulgada a Lei do Ventre Livre também conhecida como “Lei Rio Branco”.

Assim como a Primavera, que representa um momento de mudanças e transformações, a Lei do Ventre Livre, naquele 28 de Setembro, marca um momento de transição acerca da escravidão, em uma sociedade que tratava do tema de forma “seca” e “úmida”. A promulgação da Lei, marcou um importante passo na trajetória rumo à abolição da escravidão no Brasil.

Esta lei, uma das várias medidas abolicionistas do século XIX, estipulava que todos os

filhos de escravas nascidos a partir de 1871 seriam considerados livres. Além de seus aspectos práticos, a Lei do Ventre Livre teve implicações significativas na sociedade brasileira. Ela enfraqueceu a legitimidade da escravidão ao considerar a liberdade de nascimento para os filhos de escravas, o que desafiou o sistema escravista em sua essência.

Dessa forma, este capítulo apresenta uma análise dos circuitos temporais e dos personagens que atuaram nesse período específico. A escolha recaiu sobre os anos 70 do século XIX, uma época que testemunhou uma efervescência política e social no Império Brasileiro, nesse contexto, ainda persistiam resquícios dos antigos trajes patriarcais e do sistema escravista.

Na segunda parte, o objetivo é investigar como Machado de Assis posiciona seus personagens nesse cenário temporal. Aqui, fica evidente a interligação entre o progresso e a manutenção de um sistema que coexistia de maneira intrincada. É interessante notar como o autor utiliza o contexto histórico como pano de fundo para desenvolver suas narrativas e explorar as complexidades das relações sociais e das transformações no curso naquele momento.

3.1 A EFERVESCÊNCIA DOS ANOS 70

Que seria dellas, pobres crianças, se Deus as não fizera assim? Resistiriam, por ventura, ás dôres e saudades da separação temporaria ou eterna de seus paes? da orphandade?

E se ha um paiz onde se tenha visto em grande número taes scenas de desolação, é o nosso, com a sua escravatura, essa somma de todas as infamias.

- Já temos a Lei do Ventre Livre, dizem os nossos grandes políticos.

E como a tem, julgam que está tudo feito.

Pois bem, essa lei incompleta como é, tem dado lugar a grandes iniquidades e está custando e ha de custar muitas lagrimas ás miserables creanças.

O que se tem feito para educal-as? Onde estão os jardins ou asylos para ellas?

(A Escola: Revista de Educação e Ensino, 1877).⁶

O trecho acima foi publicado no segundo volume do periódico *A Escola: Revista de Educação e Ensino* de 1877. Editado em algumas províncias, mas em especial no Rio de Janeiro, a revista circulou apenas durante os anos de 1877 e 1878, como diz em sua capa da 1ª edição: “Para formar um povo nobre, morigerado, laborioso, só ha um meio - é educá-lo” (A ESCOLA, 1877, capa). Fica evidente que as temáticas apresentadas no periódico podem fornecer *insights* valiosos para compreender o cenário educacional do Brasil nos anos 70 do século XIX e, por extensão, indicar como se dava o ensino nas décadas anteriores e posteriores.

O periódico se apresentou como importante meio de comunicação e debate público, nos quais questões educacionais frequentemente eram discutidas. E a Lei do Ventre Livre, não obstante mostrou-se como um assunto relevante para ser discutido nas páginas da revista, já que a legislação tinha o potencial de alterar significativamente o destino de crianças nascidas de mães escravizadas, estabelecendo um novo paradigma na questão da escravidão. O debate sobre o impacto dessa lei nas vidas das crianças negras era crucial para entender as mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo na época.

A designação "Lei do Ventre Livre" surgiu em decorrência do conteúdo do primeiro artigo da lei no 2.040, promulgada em 28 de setembro de 1871. Durante o período em que esteve em vigor, também era comum se referirem a ela como a "Lei Rio Branco", em homenagem ao chefe do gabinete na época de sua aprovação: José Maria da Silva Paranhos, conhecido como o visconde do Rio Branco.

A Lei 2.040, propõe a liberação dos filhos nascidos de mulheres escravizadas. No entanto, nesse momento, a abolição ainda se apresenta como uma ideia abstrata, carente de coesão e perspectivas claras para um país como o Brasil, cuja economia está relacionada principalmente na instituição da escravidão. Este fato emerge como uma das principais razões subjacentes às objeções dos deputados mais conservadores do Império, conforme evidenciado no texto de YPIRANGA (1871):

Esmeravão-se e esmeram-se ainda alguns oradores estadistas, uns em provar que a escravidão é uma necessidade ao progresso e riqueza do paiz, outros sobrelevam a estes argumentos os de que a proposta do governo é um ataque a propriedade, outros finalmente mal disfarçam a violenta opposição á

⁶ A Escola: Revista de Educação e Ensino, Rio de Janeiro, v.2, n° 2, p. (247-248), 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=351199&pesq=a%20escola%20&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=4>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

mesma proposta, dizendo – que a emancipação do ventre é uma immoralidade senão um crime !!!... (YPIRANGA, 1871, p.6).

Essa ideia evidencia a tentativa de manter a escravidão como uma fonte econômica vital. A aprovação da Lei do Ventre Livre, nesse contexto, pode ser vista como uma formalidade discursiva, projetada para enganar o esforço em um momento em que havia pressão tanto da Inglaterra quanto de setores da sociedade brasileira pela abolição imediata da escravidão. No entanto, a abolição gradual foi promovida como uma forma de decepcionantes essas forçadas, garantindo uma transição mais ordenada, conforme a história posteriormente revelada.

Essa postura reflete a visão dos senhores de escravos como detentores do poder no Império do Brasil. Essa perspectiva de luta política ecoou de maneira significativa nas diferentes visões sobre o destino do Brasil e como ele deveria evoluir para se tornar uma grande nação. Essas visões frequentemente olham para a Europa, em especial para a Inglaterra, como referência, dada a importância dessas potências naquele momento. Esse conflito de ideias e interesses constituiu um elemento central na história da abolição da escravidão no Brasil

É interessante observar que a abordagem política do período, destaca o apoio de D. Pedro II à abolição, argumentando que essa medida era necessária para superar o isolamento internacional em que o Brasil se encontrasse. Esse isolamento foi consequência da abolição da escravidão em outras colônias europeias e países da América. Essa defesa da abolição começou de forma gradual, com a proposta de libertação do ventre da mulher escrava. Esse primeiro passo visava iniciar uma discussão que eventualmente levaria à libertação de todos os escravos, mas de maneira gradual. Com essa estratégia, D. Pedro II conseguiu conquistar o apoio de diversas parcelas da sociedade. Portanto, a abolição gradual, iniciada com a Lei do Ventre Livre, foi uma estratégia política que, ao mesmo tempo, visava atender às pressões internacionais e garantir apoio interno para a causa da abolição.

A edição do Jornal do Senado, datada de 14 de maio de 1888, oferece uma retrospectiva abrangente do período que estamos discutindo. Foca-se especificamente no âmbito do estudo apresentado aqui, incorporando inclusive o discurso proeminente de D. Pedro II, que, como já mencionado anteriormente, apoia você veementemente a aprovação do Projeto Rio Branco. O estágio desse contexto foi que:

Por vários meses, deputados dos partidos Conservador e Liberal discutiram a proposta. Quatro meses depois, em 28 de setembro, transformou-se na Lei nº 2.040, assinada por Dona Isabel. Os defensores dessa lei afirmavam que ela, juntamente com a proibição do tráfico negreiro, assegurava a extinção gradual da escravidão. Já

os donos de escravos acusavam o governo de querer provocar uma crise econômica. As controvérsias foram desproporcionais aos seus efeitos práticos. [...] A verdade é que a lei, ao libertar os bebês, estabeleceu ao mesmo tempo que até os 21 anos eles permaneceriam em poder do senhor. Na prática, até essa data, continuavam escravos analisou Joaquim Nabuco. (JORNAL DO SENADO, 2009, p.2)

Fica evidente que, embora tenha representado um marco importante no processo de abolição, a Lei do Ventre Livre não implicava necessariamente em uma abolição bem organizada. Ela determinou a libertação dos filhos das mulheres escravizadas, mas ao mesmo tempo deixou aos senhores de escravos a decisão de libertá-los ou não. Além disso, a lei marcou o início do processo de formação do pecúlio (um fundo pelo qual os escravos economizaram para comprar sua alforria) e, por consequência, a alforria.

Essa dualidade na Lei do Ventre Livre, ao tentar agradar às diferentes partes da sociedade, levou a uma visão contraditória da liberdade. Para os escravos, a liberdade representava a esperança de igualdade entre negros e brancos, pelo menos em teoria. No entanto, essa visão se chocou com a perspectiva dos senhores e ex-senhores de escravos, que viam a abolição como um meio de libertação dos escravos, mas não como um caminho para a igualdade racial. Na época, o racismo e o preconceito eram profundamente enraizados na sociedade, persistindo por muitos anos.

Essa contradição reflete a complexidade do processo de abolição no Brasil e as diferentes expectativas e interpretações em relação à liberdade. Para os escravos, era um símbolo de igualdade e emancipação completa, enquanto para os senhores de escravos, era uma forma de cumprir com a pressão internacional e garantir a ordem social, mas sem compromissos substanciais em relação à igualdade racial.

Observemos o 1º artigo:

Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§1. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (LEI DO VENTRE LIVRE, 1871)

O primeiro artigo da lei estipulava a emancipação de todas as crianças nascidas de mulheres escravas a partir da data de sua promulgação. Consequentemente, os senhores dessas mulheres seriam responsáveis por cuidar e educar essas crianças até que atingissem a

idade de oito anos. Após esse período, os senhores tiveram duas opções: entregar essas crianças ao Estado, mediante o pagamento de uma indenização no valor de 600 mil réis, ou continuar usufruindo de seus serviços até que eles atingissem a maioridade aos vinte e um anos.

A lei também prevê a emancipação de escravos pertencentes à nação, heranças sem dono, escravos dados em usufruto à Coroa ou escravos abandonados por seus senhores. No entanto, esses escravos foram submetidos a um período de inspeção pelo Governo, que durou cinco anos. Durante esse período, eles foram obrigados a trabalhar em serviços contratados ou em estabelecimentos públicos.

Art. 6º. Serão declarados libertos:

§1. Os escravos pertencentes à Nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§2. Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§3. Os escravos das heranças vagas.

§4. Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§5. Em geral os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante cinco anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contrato de serviço. (LEI DO VENTRE LIVRE, 1871).

O artigo 4.º da Lei do Ventre Livre estabelecia que os escravos tinham o direito de comprar a sua própria alforria, desde que possuíssem um pecúlio (uma espécie de poupança) suficiente para o fazer. Isso validava uma prática que já existia no direito costumeiro há muito tempo. Além disso, a lei simplificava o processo de alforria nesses casos, tornando-o sumário e isento de custos.

A lei também permitia que o escravo contratasse serviços de terceiros para complementar seu pecúlio, facilitando assim sua liberação. Outro aspecto importante da lei foi a revogação explícita da Ordenação Livro 4, Título 63, que permitiu a anulação da alforria em caso de ingratidão por parte do liberto em relação ao ex-senhor.

Além disso, a lei proibia a separação dos beneficiários e das famílias em casos de venda ou transferência de propriedade, alterando essas estruturas familiares unidas, o que demonstra uma preocupação com a estabilidade social, mas não abordou a questão da igualdade racial ou da cidadania plena dos escravos libertos.

Art. 4º. É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§1. Por morte do escravo, metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma de lei civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação de que trata o art. 3.º.

§2. O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.

§3. É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos.

[...]

§7. Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de doze anos, do pai ou mãe.

§8. Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-la sob o seu domínio, mediante reposição da quinta parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado.

§9. Fica derogada a ord. liv. 4.º, tít. 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão. (LEI DO VENTRE LIVRE, 1871).

O artigo 8.º da Lei do Ventre Livre implementa um sistema de matrícula especial para os escravos. Essa medida visava fornecer uma estatística precisa sobre o número de cativos em todo o país. Tal estatística foi crucial para estimar o tempo necessário para a extinção da escravidão e permitir a intervenção do governo nesse processo. A matrícula também foi prolongada aos filhos livres de escravas que nasceram após a promulgação da lei.

Art. 8.º. O governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

[...]

§3. Pela matrícula de cada escravo pagará o senhor por uma vez somente o emolumento de quinhentos réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de mil réis, se exceder o dito prazo. O provento deste emolumento será destinado a despesas da matrícula, e o excedente ao fundo de emergência.

§4. Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de cem mil réis a duzentos mil réis, repetidas tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos e, por fraude, nas penas do artigo 179 do Código Criminal. (LEI DO VENTRE LIVRE, 1871).

A intervenção do governo ocorria por meio do estabelecimento de um fundo de emancipação de escravos, conforme previsto no artigo 3.º. Esse fundo destinava recursos às províncias e ao Município Neutro (atual Rio de Janeiro) para a liberação dos cativos. A libertação dos escravos depende de uma classificação abrangente realizada por juntas classificadas em cada município ou freguesia do país. Essa classificação foi feita de acordo com critérios de preferência estabelecidos pelo decreto que regulamentou a lei do ventre livre (Decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872). Conforme esses critérios, a prioridade para a libertação era dada aos escravos que possuíssem família (fossem casados ou tivessem filhos),

seguidos pelos indivíduos, começando pelas mulheres mais jovens e pelos homens mais idosos.

Art. 3º. Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

§1. O fundo da emancipação compõe-se:

1: Da taxa de escravos.

2: Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3: Do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Império.

4: Das multas impostas em virtude desta lei.

5: Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais.

6: De subscrições, doações e legados com esse destino.

§2. As quotas marcadas nos orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados com destino local, serão aplicadas à emancipação nas províncias, comarcas, municípios e freguesias designadas. (LEI DO VENTRE LIVRE, 1871).

Diante do exposto, uma das principais fragilidades foi a permanência da condição de escravo para os pais, o que resultou em uma liberdade condicional para as crianças. Outra limitação foi a possibilidade de os senhores optarem por entregar as crianças ao governo em troca de uma indenização, o que favorecia uma visão mercantilista sobre a liberdade, em que os senhores pudessem lucrar com a emancipação. Além disso, a lei não abordava a questão da emancipação dos adultos escravizados, mantendo-os em condições de cativo. Isso evidencia uma lacuna na legislação em relação à libertação dos pais, o que impactava diretamente a plenitude da liberdade para as crianças.

A Lei do Ventre Livre foi um passo importante, mas também refletiu as complexidades e interesses contraditórios da sociedade da época. Ela representou uma estratégia de transição gradual para a abolição, equilibrando as pressões internas e externas. No entanto, suas fragilidades evidenciam os desafios enfrentados na luta pela emancipação completa dos escravizados no Brasil do século XIX.

Certamente, a década de 1870 foi marcada por uma efervescência de debates e transformações que transcendiam a questão da escravidão. Esse período foi palco de intensas publicações e movimentos que moldaram o cenário político e social da época, refletindo os anseios e as aspirações de diversos setores da sociedade. Além da abordagem da escravidão, temas como a forma de governo, a participação política e os direitos

Essa efervescência intelectual e política não apenas evidenciou a diversidade de opiniões e perspectivas existentes na sociedade brasileira da época, mas também demonstrou a necessidade prévia de reformas e transformações em diversos aspectos da vida pública e

privada. Diante disso, o trecho abaixo evidencia os embates intelectuais no período:

O manifesto do club republicano e o apparecimento de um jornal para sustentar suas idéas não produzirão aqui o menor effeito.

O publico sempre propenso a dar importancia a taes acontecimentos, mostrou-se desta vez completamente indifferente.

Creio que a mesma cousa acontecerá no interior da provincia, onde as instituições políticas do paiz encontrão o mais firme apoio por parte das populações ruraes.

Emquanto na côrte organisação-se clubs politicos, nós outros sertanejos, organisamos companhias industriaes em beneficio da terra em que habitamos.

A nossa agitação é de certo mais útil. Em vez de perdermos nosso tempo com discussões de idéas abstractas, construímos estradas de ferro, introduzimos grandes melhoramentos na lavoura, montamos fábricas de tecidos e tratamos de promover outros beneficios de igual importancia.

Assim procuramos tirar todo proveito possivel da liberdade de que gozamos sem que nos preocupe a idéa de reformas radicaes do systema de governo que adoptamos. (JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1870, p.1)⁷.

O excerto mencionado provém da edição nº 352 do conceituado Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, datado de uma quinta-feira, 22 de dezembro de 1870. Este jornal, renomado por seus artigos e colunas de natureza econômica, publica dezenove dias após a propagação do que viria a ser chamado de Manifesto Republicano, uma "carta particular" enviada de São Paulo. Neste texto, o autor expõe sua perspectiva e críticas sobre os parágrafos divulgados no recém fundado jornal republicano.

A publicação do Manifesto Republicano em 1870 marcou um importante ponto de inflexão na campanha contra a monarquia no Brasil. Esse manifesto, divulgado na primeira edição do jornal "A República", que era de propriedade do Clube Republicano e fortemente influenciado pela ideologia de derrubar a Monarquia e estabelecer a República, apresentou as medidas que deveriam ser adotadas com a instauração de um governo republicano e federalista.

Segundo Renato Lemos (2009), a alternativa republicana só ganhou previsões políticas a partir de 1870. Isso se deveu a transformações no cenário econômico e social do Brasil que se desenvolveu para o crescimento desse ideal. A crise política de 1868 resultou na divisão do Partido Liberal, e, a partir de uma das correntes dissidentes, o Partido Republicano da cidade do Rio de Janeiro foi fundado em 1870, tornando-se um importante motor da campanha republicana no país.

O Manifesto Republicano, desde as suas primeiras considerações, apresenta-se como um modelo que exige a avaliação e consideração da "opinião nacional". Segundo o documento, é à sociedade que cabe o papel de acolher ou repudiar as aspirações expressas

⁷ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 22 de Dezembro de 1870. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=jornal%20do%20commercio&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=1785. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

nele. Isso decorre da crença de que a sociedade possui o direito fundamental de se "esclarecer" a respeito da realidade em que está inserida. Nesse sentido, a conspiração, vista como um esforço coletivo em busca de aprimoramento político, é concebida como um direito legítimo. A discussão e o debate são, assim, encarados como meios indispensáveis para promover as mudanças desejadas.

Constituem, portanto, um dever no processo de libertação de um regime tido como repressivo e violento. Essa perspectiva ressoa com um chamado à participação ativa e consciente de todos os cidadãos na definição dos rumos políticos do país, na luta por direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. LEMOS (2009) destaca que:

[...] os republicanos criticaram, entre outros aspectos da vida do país, o regime de corrupção e privilégios; as prerrogativas do trono; o centralismo da administração; a ausência das liberdades econômica, de consciência, de imprensa, de ensino; o sistema representativo limitado etc. Como alternativa, propunham a reforma da sociedade por meios pacíficos, através da implantação de uma república federativa e democrática, baseada na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável. (LEMOS, 2009, p.413)

Nesse contexto, torna-se mais claro entender as aspirações dos idealizadores do Manifesto Republicano. Desde o início, eles enfatizam a natureza patriótica de suas ideias e de sua obra, rejeitando qualquer forma de exclusivismo. Estão abertos à colaboração "de todo o concurso leal" e afastados de qualquer apoio "de todos os interesses ilegítimos". Em sua exposição dos motivos que os levaram a criar o manifesto, denunciam a negligência, as contradições, os erros e as usurpações do governo, que, em sua visão, resultaram em uma situação deplorável. Essa situação é descrita como aquela em que as mentes e os caracteres políticos parecem estar obscuros por um eclipse funesto.

Essa passagem do manifesto reflete a insatisfação profunda dos autores com a situação política do país na época. Eles acreditam que o governo cometeu uma série de equívocos e injustiças, resultando em uma crise que afetou profundamente a inteligência e os valores políticos da nação. Dessa forma, a elaboração do manifesto surge como uma resposta a essas falências governamentais, representando um apelo à correção das injustiças e à revitalização da vida política nacional.

O Manifesto Republicano expressa uma insatisfação que, de acordo com o documento, é amplamente divulgada em todas as esferas políticas. Ele adverte sobre o risco de perda da liberdade, que poderia levar à anulação completa dos princípios democráticos. O manifesto identifica as tradições do antigo regime e os preconceitos arraigados em uma determinada

escola política como elementos que distorcem o espírito nacional, confundem as ideias de direito moderno e desordenam os preceitos da ordem social. Nesse contexto, a solução apontada é que o próprio povo seja o agente da reforma nacional, caso contrário, as liberdades públicas serão sujeitas a um acaso casual.

Essa parte do manifesto reflete a crença dos autores de que a mudança é necessária para preservar os princípios democráticos e a liberdade. Eles veem as tradições do antigo regime e os preconceitos políticos como obstáculos ao progresso, argumentando que a reforma deve ser conduzida pelo povo ou, do contrário, a liberdade corre o risco de ser perdida.

O Manifesto Republicano também critica veementemente a prática de negar ao povo o direito de participar das decisões que afetam a nação, enfatizando o caráter exclusivista que permeia esse processo. Eles ilustram esse ponto com exemplos como a guerra de invasão do Rio Grande do Sul e a ocupação do Mato Grosso, argumentando que esses eventos expõem a impotência e os desastres resultantes do regime centralizado, que se apresentam como um obstáculo à honra e integridade nacionais.

Neste contexto, é crucial observar como o Partido Republicano desenvolveu seus argumentos contra a centralização, para então propor a autonomia das províncias como um princípio essencial para preservar a unidade da família brasileira. Eles defendem a descentralização como um meio de fortalecer a coesão e a coexistência harmoniosa entre as diferentes regiões do Brasil.

Os liberais republicanos que elaboraram o manifesto reuniram um grupo com conexões ao Partido Liberal, mas não eram proprietários de terras nem tinham laços próximos com a monarquia. Como resultado, suas oportunidades na carreira política eram limitadas. Esse grupo era composto em sua maioria por profissionais liberais, que exerciam profissões como advogados, médicos e jornalistas.

Conforme argumenta Ângela Alonso (2009), esses grupos marginalizados precisam de novos recursos intelectuais para contestar o sistema monárquico. Eles buscaram esses recursos tanto no debate intelectual europeu, absorvendo ideias de pensadores europeus, quanto nas tradições e realidades brasileiras. Esse processo de busca por novas ideias e inspiração intelectual foi fundamental para o movimento republicano no Brasil, uma vez que permitiu que esse grupo contestasse o império e apresentasse uma visão alternativa de governo.

O grupo republicano via o modelo imperial como antiquado e uma continuação direta

do período colonial. Eles acreditavam que essa estrutura retrógrada estava impedindo o progresso do Brasil e o mantendo à margem da marcha em direção à civilização. Essa visão refletia uma teoria evolucionária da história que estava em voga na Europa naquela época.

Para o grupo, a solução para superar os problemas e o isolamento causados pelo império estava nas repúblicas democráticas das Américas, com ênfase especial nos Estados Unidos. Isso é evidenciado na frase proeminente do manifesto: "Somos da América e queremos ser americanos". Eles expressaram seu desejo de seguir o exemplo das repúblicas americanas para forjar um caminho em direção a um governo mais democrático e moderno.

Além de buscar inspiração no pensamento europeu, o grupo republicano também voltou para a tradição e a história do Brasil em busca de elementos intelectuais que pudessem respaldar sua luta. Eles se apropriaram de conceitos políticos e intelectuais que surgiram durante o período da Regência, como o federalismo, que abraçaram como uma alternativa à centralização do Império.

Além disso, recuperaram personagens e movimentos rebeldes da história brasileira, como a Inconfidência Mineira, para fortalecer sua narrativa. Ao fazer isso, buscavam legitimidade histórica para seu movimento e argumentavam que seguiam os passos dos heróis nacionais que lutaram contra o domínio colonial e em prol da liberdade. Essa apropriação de elementos da história brasileira visava fortalecer a identidade do movimento republicano e seu apelo ao patriotismo.

Ângela Alonso (2009), classifica os grupos políticos contestadores da ordem imperial como "reformistas", argumentando que esses grupos, que incluíam liberais republicanos e positivistas abolicionistas, incorporaram elementos e ideias da tradição imperial em seus discursos e ações. Isso se deve ao fato de que eles buscaram reformar o sistema existente, em vez de derrubá-lo por completo.

Esses grupos temiam uma revolução que poderia desestabilizar a ordem social do Brasil. Portanto, em vez de uma ruptura radical, eles procuraram realizar mudanças graduais dentro do sistema, usando elementos e discursos da própria tradição imperial para justificar suas demandas por reformas. Essa abordagem reflete o desejo de muitos desses grupos de evitar confrontos violentos e promover transformações sociais e políticas por meio de reformas institucionais.

Destarte, o Manifesto Republicano de 1870 desempenhou um papel fundamental na mudança política do Brasil no século XIX. Ele representou um ponto de virada na forma como a sociedade brasileira concebeu o sistema de governo e desencadeou uma série de

eventos que culminaram na proclamação da República em 1889. Ao analisar os princípios, o contexto histórico e as implicações desse manifesto, podemos compreender melhor não apenas a dinâmica política da época, mas também a transformação profunda que ocorreu na estrutura política e social do país.

3.2 POSICIONADO OS PROTAGONISTAS NO TEMPO: PAI CONTRA MÃE, UMA OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO.

“Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil do século XIX.”

(Sidney Chalhoub, 2003)

Ao construir esta narrativa histórica, com base em alguns escritos de Machado de Assis, foi uma prioridade evitar a imposição de uma intencionalidade específica. Em nenhum momento, os textos de Machado foram interpretados como se pretendessem ser claros e definidos. Ao contrário, eles foram analisados como produtos do seu tempo, onde o autor, como um agente imerso nas complexidades da sua época, inseriu seus personagens de maneira análoga ao contexto vívido. Assim buscando compreender a inserção dos protagonistas e secundários no tempo.

"Pai Contra Mãe" é uma obra singular de Machado de Assis, encontrada no livro "Relíquias de Casa Velha" (1906). Este conto, concebido cerca de dezoito anos após o término da escravidão no Brasil, destaca-se como um dos raros trabalhos do autor a tratar diretamente desse tema. A trama se desenvolveu em meio ao cenário pós-abolição, proporcionando uma reflexão profunda sobre os resquícios e as complexidades que permearam esse período de transição na sociedade brasileira. Através de uma prosa magistral, Machado explora as nuances das relações humanas, mergulhando na psicologia dos personagens e expondo suas motivações, desejos e conflitos.

A narrativa é iniciada com a frase impactante: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá acontecido a outras instituições sociais.”. Esta introdução exemplifica a maestria de Machado em usar a linguagem para estabelecer o tom e o contexto de sua narrativa. A trama gira em torno de quatro personagens centrais: Cândido Neves, um personagem marginalizado socialmente; Clara, que em certo ponto do conto se torna esposa de Cândido Neves; Tia Mônica, uma figura que desempenha o papel de conselheiro e obstaculiza o casamento entre Cândido e Clara; e Arminda, uma escrava grávida que foge do

cativeiro e cujo encontro com Cândido Neves culmina na batalha épica entre "pai contra mãe".

O título do conto alude à intensa luta de Cândido Neves para sustentar seu filho, e um momento crucial no enredo em que ele precisa decidir entre deixar seu próprio filho na roda dos enfeitados ou buscar um escravo fugitivo para obter a recompensa que garantiria a sobrevivência do bebê. Esta escolha complexa é um microcosmo das complexas e dilemas morais da época pré-abolição

A história narrada neste conto começa com a introdução do tema da escravidão, retratando-a como uma instituição que dispõe de "dispositivos" para punir os "vícios" dos escravos. Machado de Assis expõe esses mecanismos por meio da representação da máscara de folha-flandres, que é uma imagem simbólica do controle e opressão exercidos sobre os escravizados.

Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. (ASSIS, 2017, p.53)

A máscara de folha-flandres, usada como instrumento de punição, representa a desumanização a que os escravos foram submetidos. Ela é uma manifestação da crueldade e arbitrariedade do sistema escravista, que buscava manter os cativos sob controle por meio do medo e da violência.

Machado de Assis inicia o conto com essa imagem para estabelecer o cenário e o contexto social em que a história se desenrola. A máscara de folha-flandres é um lembrete vívido da opressão que permeia a vida dos escravizados e, ao longo do conto, o autor explora as complexas relações de poder e os conflitos morais que surgem nesse contexto. Assim, a máscara de folha-flandres funciona como um símbolo poderoso que ilustra as profundas injustiças e a desumanização inerentes à escravidão, criando um pano de fundo para a narrativa que se revela.

Nesse contexto, a máscara de folha-flandres, usada tanto para punir os escravos quanto para corrigir seus supostos vícios, desempenha um papel fundamental na narrativa. Isso porque o vício em bebida, historicamente associado a desvios morais, é considerado passível de correção. A máscara, portanto, torna-se um símbolo multifacetado, representando não apenas a proteção física, mas também a tentativa de correção moral. No mesmo parágrafo o narrador complementa:

Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na

porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. (ASSIS, 2017, p.53)

Machado de Assis, nesse trecho, parece adotar uma abordagem distante e objetiva. Ele busca analisar as relações sociais da época de forma crítica e imparcial, destacando a dualidade da máscara de folha-flandres como um instrumento de controle físico e moral. Essa ambiguidade reflete a complexidade das relações sociais e das práticas dentro da instituição da escravidão no Brasil. Assim, a máscara se apresenta como um elemento inicial para a compreensão da centralidade da escravidão nas relações sociais brasileiras, ao mesmo tempo em que Machado mantém uma perspectiva analítica e distanciada na descrição desse aspecto da sociedade da época.

Essa descrição minuciosa de Machado de Assis revela não apenas a natureza grotesca dos dispositivos usados na instituição da escravidão, como a máscara de folha flandres, mas também lança luz sobre a disseminação e a liberação social dessa prática. Ao mencionar que essas máscaras eram vendidas publicamente, colocadas à disposição nas portas das lojas, o autor expõe um ambiente de constante vigilância e normalização da escravidão. Essa descrição vai além de apenas ambiental a prática social escravocrata; ela evidencia como essa norma penetrava nos diferentes estratos sociais da sociedade brasileira, fornecendo uma orientação de conduta não apenas na relação entre senhores e escravos, mas também entre os diversos grupos sociais que interagem nesse contexto. Dessa forma, Machado não apenas descreve a brutalidade derivada da escravidão, mas também expõe sua presença arraigada na tessitura social do Brasil da época.

O contexto social descrito reflete de maneira contundente como as relações no Brasil escravista eram profundamente desiguais, favorecendo os brancos em detrimento dos negros. Independentemente de sua posição na posição social ou de classe, os brancos gozavam do precioso privilégio da liberdade. Mesmo em condições paupérrimas, Cândido Neves tinha uma imunidade nessa estrutura social. Ele poderia ir e vir, participar dos trabalhos que lhe interessavam, sem uma preocupação constante de ser considerada uma propriedade com o dono. Em outras palavras, o simples fato de ser reconhecido como um ser humano, com direito à liberdade, já o destacou em relação a outros grupos. Como ilustrado no conto de Machado de Assis, isso o habilitou a se envolver na atividade de captura de escravos fugidos como um trabalho vantajoso.

O personagem de Cândido Neves surge como alguém desencaixado, alguém que não consegue se fixar em nenhum trabalho, não devido a imposições externas, mas por sua própria vontade. Ao longo deste ensaio, serão destacadas passagens que nos direcionam para a

tendência de Cândido Neves para abandonar empregos que não atendem aos seus desejos ou ferem seu orgulho. Machado enfatiza essas características ao descrever Cândido Neves da seguinte forma:

Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armazém. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao ministério do império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos. (ASSIS, 2017, p.54)

Ao descrever Cândido Neves e destacar os efeitos do seu orgulho ferido e do desconforto de servir aos outros, Machado de Assis o retrata como um indivíduo com agência, ou seja, com o poder de agir. Nesse sentido, o sentimento de orgulho ferido é suficiente para levá-lo a abandonar vários empregos. Pode-se argumentar que esses empregos considerados no conto oferecem baixas remunerações e pouco status à personagem. No entanto, mesmo num contexto de necessidade material, Cândido Neves optou por deixar esses empregos devido ao seu orgulho ferido e ao incômodo de servir a outros.

Isso evidencia que se trata de uma escolha consciente do personagem, que, diante das várias opções disponíveis, opta por se retirar dessas atividades produtivas. Essa atitude revela não apenas sua aversão ao trabalho subalterno, mas também sua busca por preservar sua dignidade e autoestima, mesmo em meio às dificuldades econômicas. Tal característica de Cândido Neves o torna um personagem complexo e multifacetado, cujas motivações e ações são influenciadas por uma série de fatores, incluindo sua visão de si mesmo e seu lugar na sociedade.

A entrada do elemento romântico na trama altera significativamente a dinâmica do conto. Clara, uma jovem órfã de vinte e dois anos, que reside com sua Tia Mônica, e contribui para a renda da família através da costura juntamente com sua tia. Além disso, nutre um forte desejo de se casar e encontrar um companheiro para a vida. Esse anseio é vividamente revelado no momento em que ela encontra Cândido Neves: "O amor traz consigo um destino. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que ele era o possível marido, o marido verdadeiro e único." (ASSIS, 2017, p.55)

Nesse ponto da narrativa, Machado de Assis introduz um elemento romântico que contrasta com o cenário anterior de pragmatismo e sobrevivência. O encontro de Clara e Cândido Neves representa um momento de esperança e busca por realização pessoal, principalmente para Clara, que identifica em Cândido o potencial marido dos seus sonhos.

Essa paixão entre os dois personagens traz uma nova complexidade à trama, uma vez que Cândido Neves, antes retratado como um sujeito desencaixado e orgulhoso, agora se vê envolvido em um relacionamento afetivo que influenciará diretamente o curso da narrativa. O amor de Clara e Cândido Neves se torna um dos elementos centrais da narrativa, moldando as decisões e ações dos personagens à medida que a história se desenrola.

O casamento entre Clara e Cândido Neves aconteceu rapidamente, trazendo consigo a promessa de uma nova vida juntos, e, com ela, a possibilidade de terem filhos. Embora tivessem sido anunciados pela tia Mônica de que uma criança só agravaria a já precária situação de pobreza em que se encontravam, os recém-casados não levaram a sério os conselhos. Eles estavam imersos em um momento de otimismo e felicidade, e a ideia de ter um filho era encarada como uma vitória, uma nova adição à sua jovem família.

Essa decisão de Clara e Cândido Neves de seguir adiante com o desejo de ter filhos, apesar das advertências, revela a esperança e a determinação do casal em construir uma vida juntos, mesmo diante das adversidades. A chegada de um filho seria, para eles, um sinal de prosperidade e continuidade, uma prova de que poderiam superar os desafios que a vida lhes impunha. Essa atitude também ressalta a força do amor e da união entre Clara e Cândido Neves, que estavam dispostos a enfrentar juntos o que quer que o destino lhes ofereça reservas.

Nem por isso abriram mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos. (ASSIS, 2017, p.55).

As preocupações da tia Mônica em relação ao futuro da família, expressas em seu descontentamento com o "caiporismo" de Cândido Neves, não tiveram efeitos imediatos, e suas apreensões sobre o que estava por vir também não se concretizaram. Tia Mônica é retratada como a voz da consciência no conto, manifestando suas preocupações quanto à estabilidade financeira e ao bem-estar da família. Ela critica Cândido Neves por não buscar uma ocupação mais segura e estável, uma fonte de renda fixa que pudesse garantir o sustento da família. Ela vê a captura de escravos como um trabalho incerto e imprevisível, que não oferece segurança financeira.

No entanto, Cândido Neves responde com otimismo e confiança em suas habilidades nesse ofício. Ele alega que, apesar dos riscos, ele é eficiente em sua profissão, afirmando que, em sua experiência, poucos escravos resistem a ele, e muitos se entregam sem demora. Ele coloca sua fé em Deus como seu protetor e guia, indicando que sua devoção e determinação o

ajudarão a superar qualquer desafio que possa encontrar em seu caminho.

Essa troca de palavras entre a tia Mônica e Cândido Neves revela as diferentes perspectivas e atitudes em relação ao futuro e à estabilidade financeira da família. Tia Mônica representa a preocupação e o desejo de segurança, enquanto Cândido Neves incorpora a confiança em suas habilidades e a disposição para enfrentar os desafios da vida, mesmo que isso envolva riscos. Essa dinâmica entre os personagens contribui para a complexidade do conto e para a exploração das diferentes facetas da condição humana.

Com o passar dos dias, o nascimento do filho do casal se aproximava, e da mesma forma, a situação financeira da família se deteriorava. Clara e Tia Mônica intensificaram seus trabalhos externos, pois os ganhos de Cândido Neves tornaram-se escassos. O serviço de captura de escravos passou a enfrentar maior concorrência, com "mais de um desempregado" agora buscando exercer essa ocupação.

Dessa forma, no centro desta narrativa, encontramos uma família em desespero financeiro. As dívidas continuam a se acumular, resultando em compras a crédito e uma alimentação precária. A ausência dos recursos provenientes da captura de escravos fugidos e o esforço de Clara e Tia Mônica se revelaram insuficientes para cobrir as despesas básicas da casa. A pressão aumenta com o senhorio cobrando os aluguéis em atraso, enquanto a expectativa do nascimento do filho intensifica a angústia.

Neste contexto, é inegável a presença da miséria como elemento central. Machado de Assis delineou meticulosamente esse ambiente de privações e dificuldades. Cada passagem ressoa com as tonalidades mais sombrias da carência humana. É como se o autor estivesse pintando com palavras a imagem vívida da pobreza que permeia a vida dos personagens. Essa representação narrativa da miséria não apenas enriquece a trama, mas também lança luz sobre as condições socioeconômicas da época, oferecendo aos leitores uma visão profunda e perspicaz da realidade enfrentada pelos menos favorecidos.

Tia Mônica, uma figura marcante neste conto, se apresenta novamente como a voz crítica e ao mesmo tempo conselheira. Com a proximidade do nascimento da criança, ela foi enfática em sugerir: "Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nasceu à Roda dos Enjeitados" (ASSIS, 2017, p. 57). Este conselho foi recebido com indignação por Cândido Neves, que ansiava pelo nascimento do filho e nutria esperanças de um futuro melhor.

No entanto, essa esperança em um futuro incerto, sem grandes perspectivas de conseguir um emprego estável, pode ser entendida no contexto do aumento das fugas de

escravos. Esse cenário tornou-se possível no período pós-abolição da escravatura em 1888, quando a transição para o trabalho livre não deixou sem grandes derrotas entre os antigos senhores de escravos e os recém-libertos. Estes são elementos cruciais inseridos no contexto de convulsão social que marcou o Brasil no último quarto do século XIX. Machado de Assis, como observador atento de sua época, mostra-se sensível a essas transformações.

Com o crescimento da dívida do aluguel, Cândido Neves, Clara e Tia Mônica são despejados do local onde viviam. Eles conseguem um pequeno aposento com a ajuda de uma senhora rica conhecida de Tia Mônica. Pouco depois, o filho do casal nasce, e uma mistura de alegria e tristeza permeia o ambiente. Neste momento, Tia Mônica entregou a ideia de entregar o recém-nascido na Roda dos Enjeitados, uma instituição destinada a receber crianças abandonadas.

Cândido Neves, agora mais refletido e consciente da difícil situação em que se encontra, decide-se por levar ele mesmo a criança até a Roda dos Enjeitados. A decisão de separar-se de seu filho é um ato doloroso, mas, para ele, representa uma tentativa desesperada de proporcionar um futuro melhor para uma criança, dada as situações precárias em que vivem. Esta ação evidencia os extremos de que a família é levada pela pobreza e pelas limitações sociais da época.

Cândido Neves, em um último esforço para obter uma recompensa que possa salvar o destino de seu filho, revisa os anúncios nos jornais sobre escravos fugidos. Com poucas esperanças de sucesso, ele saiu à rua determinado a tentar qualquer possibilidade. Por sorte, um anúncio em particular chama sua atenção: oferecia-se a recompensa de cem mil-réis pela captura de uma escrava. Motivado pela promessa dessa recompensa substancial, Cândido Neves parte em busca de informações que possam levá-lo até ela. No entanto, apesar do seu esforço, ele retorna sem obter sucesso na sua empreitada.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjara de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue que vivia. Consultou sua mulher e se mostrou resignada. Tia Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. (ASSIS, 2017, p.60).

Nesse momento crítico, Cândido Neves tomou a difícil decisão de levar seu filho à Roda dos Enjeitados, um local onde as crianças eram entregues para serem cuidadas por pessoas com mais recursos, algo semelhante a um orfanato. Enquanto ele percorre os caminhos e ruelas da cidade com o bebê nos braços, avista uma figura que muda o curso de

sua jornada: Arminda, a escrava fugida.

Cheio de esperança com a possibilidade de manter seu filho, Cândido Neves deixa a criança em uma farmácia e parte em busca de Arminda. Para ele, a captura da escrava parece um sinal de boa sorte e uma oportunidade de recompensa financeira que poderia salvar seu filho da Roda dos Enjeitados. No entanto, para Arminda, esse encontro representa o fim de uma rara oportunidade de liberdade. A esperança e o desespero se misturam nas emoções de ambos os personagens, e o confronto imediato se torna iminente.

O encontro entre Cândido Neves e Arminda revela o embate final, como sugere o título do conto. Arminda encontra-se grávida e suplica a Cândido Neves que não a leve de volta ao seu senhor, argumentando que ele é muito cruel e provavelmente a castigaria com açoites, algo que seria ainda mais doloroso dado o seu estado. Ela implora, preocupada com as consequências para ela e para o bebê em seu ventre.

Os apelos desesperados de Arminda, que ressaltam sua gravidez e as consequências prejudiciais que o castigo traria tanto para ela quanto para uma criança que carrega no ventre, caem em ouvidos surdos. Cândido Neves, movido por suas próprias situações específicas, não consegue enxergar além de sua busca por uma recompensa que possa salvar seu próprio filho da Roda dos Enjeitados. Nesse momento, as complexas relações de poder e humanidade vêm à tona de forma brutal e angustiante. Esse confronto entre o desejo desesperado de Arminda por liberdade e a busca de Cândido Neves por uma solução financeira para sua família ilustra a luta que o título do conto, "Pai Contra Mãe", representa.

Nesse momento dramático, Arminda tenta se defender, gritando por ajuda. No entanto, ela está ciente de que, como uma escrava fugitiva, suas chances de receber assistência são praticamente nulas. Cândido Neves responde de forma irônica e desumana às súplicas de Arminda, atribuindo-lhe a culpa por sua situação. Ele diz: "Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?" (ASSIS, 2017, p. 61).

A cena se desenrola em um conflito físico entre Arminda e Cândido Neves, que continua até que eles cheguem à casa do senhor que os aguardava na porta. Nesse momento, Cândido Neves recebe o pagamento prometido, mas o estágio da situação é trágico para o bebê que Arminda levava consigo, cujo destino permanece incerto. Essa parte da história ressalta a dura realidade das pessoas escravizadas, sujeitas a abusos e desumanidade, e também a cruel indiferença da sociedade da época em relação a essas vidas:

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde

jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. (ASSIS, 2017, p.61).

Com a gratificação recebida pela captura de Arminda, Cândido Neves conseguiu retornar à farmácia onde havia deixado seu filho. Agora, o destino da criança não era mais a Roda dos Enjeitados, mas sim o seu próprio lar. Ao tentar e explicar o ocorrido, ele recebe o perdão de Tia Mônica, que, ao invés de censurá-lo, prefere criticar a escrava pelo aborto sofrido, ao ouvir a história de Cândido Neves. O conto chega ao seu desfecho com a frase impactante: "Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração." (ASSIS, 2017, p.62). Essa última frase ressoa com uma melancolia profunda, encapsulando a dura realidade e as perdas que permeiam a narrativa de Machado de Assis. Ela simboliza a resiliência da vida, mesmo em meio a situações difíceis e à brutalidade da época escravagista. O conto "Pai Contra Mãe" de Machado de Assis é uma narrativa intensa que revela as complexidades e crueldades da sociedade brasileira do século XIX.

Com maestria, o conto "Pai contra mãe" de Machado de Assis não se reduz a uma narrativa simples. Em vez disso, ele instiga uma miríade de inquietações e reflexões a partir da trama magistralmente delineada. Distanciando-se do maniqueísmo simplista do bem contra o mal, Machado de Assis traz à tona temas cruciais como a escravidão, a desigualdade social, o desespero diante da miséria e, de modo sutil mas poderoso, o racismo.

Este último ponto merece destaque especial, pois pode passar despercebido em uma leitura menos atenta, focada apenas nos conflitos materiais e nas decisões pragmáticas dos personagens. No entanto, ele está ali, implícito na forma como Cândido Neves interage com o mundo. Importante ressaltar que o autor não o torna o vilão da situação, mas sim uma fonte de reflexão sobre as dinâmicas sociais e as posições enraizadas na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX.

Assim, o conto não apenas documenta uma época e suas complexidades, mas também nos incita a questionar, a compreender e a compensar as estruturas sociais que permeavam a vida das pessoas naquela conjuntura. É uma obra que ressoa não apenas como um retrato histórico, mas como um chamado à reflexão sobre as interações humanas e as forças que as moldam.

Quando lido com a atenção e contextualização, o conto "Pai contra mãe" adquire contornos de uma profunda crítica social. O momento histórico em que o Brasil se passou naquele período de transição inspira uma narrativa que, apesar de se concentrar no cotidiano, está intrinsecamente ligada a questões mais amplas.

A trama parte da escassez de recursos de um protagonista que não se adequa a servir

aos outros e não consegue manter um emprego estável. Em seguida, focaliza-se em um casamento entre indivíduos de classes sociais diferentes, ilustrando as complexas relações sociais da época. Por fim, explora as formas ocultas de associação entre pessoas libertas e senhores de escravos, conectando o microcosmo das vidas das personagens ao macrocosmo das tensões sociais do Brasil no final do século XIX. Através de uma narrativa aparentemente simples, ele consegue transmitir as nuances complexas da sociedade de seu tempo, convidando o leitor a refletir sobre questões sociais profundas de maneira envolvente e perspicaz, como um bom homem do seu tempo.

CONCLUSÃO - ÚLTIMOS BORRÕES DE TINTA

A literatura não é apenas uma forma de entretenimento, sua concepção narrativa, mesmo envolta de ficção, tem uma forte conexão com o espaço, com o tempo histórico e com as condições socioculturais na qual está relacionada. Tendo a ideia que circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra.

(Sandra Jatahy Pensavento, 2006).

A literatura é, de fato, uma manifestação das experiências humanas e, portanto, uma forma de registro do movimento que o ser humano realiza em sua história. Ela captura anseios, visões de mundo e reflexões sobre a condição humana, permitindo aos historiadores explorá-la como uma valiosa fonte de pesquisa.

Mesmo que os escritores literários criem mundos fictícios e muitas vezes não tenham um compromisso com a precisão factual, seus textos artísticos evocam imagens e emoções que ressoam com os leitores. Ao ler esses textos, os leitores reinterpretem os eventos da realidade de maneira única, enriquecendo sua compreensão dos acontecimentos e das experiências humanas. A literatura, assim, oferece uma lente pela qual podemos examinar a história de uma forma mais profunda e significativa.

Se aproximamos do desfecho deste trabalho, é imperativo fazer algumas considerações adicionais. Machado de Assis, ao longo de sua prolífica carreira, legou à posteridade mais de duzentos contos, uma produção vasta e diversificada. Dentro desse amplo corpus, emergem algumas obras-primas do gênero, enquanto outras, do ponto de vista estritamente estético, podem ser consideradas menos refinadas. Cada uma delas, no entanto, oferece uma rica gama

de possibilidades para a pesquisa, especialmente quando inseridas no contexto histórico que as envolve.

Esses contos machadianos constituem verdadeiros tesouros para estudiosos e apreciadores da literatura. Além das tramas envolventes e dos personagens meticulosamente construídos, eles proporcionam um fascinante panorama da sociedade e dos valores vigentes no Brasil do século XIX. Dessa forma, cada conto não é apenas uma obra de ficção, mas uma janela para um momento específico da história e um reflexo das inquietações e aspirações de seu autor.

Nesse sentido, a exploração dos contos de Machado de Assis é um convite à imersão em um universo multifacetado, no qual a narrativa transcende o mero entretenimento para se tornar uma rica fonte de investigação e reflexão. Cada conto é um fragmento de um todo maior, e a compreensão de sua complexidade e profundidade enriquece não apenas a apreciação da obra do autor, mas também a compreensão mais ampla da sociedade e da cultura brasileiras da época. Portanto, encerro este trabalho com a certeza de que os contos de Machado de Assis continuarão a cativar e instigar mentes curiosas e ávidas por desvendar os intrincados matizes da condição humana, tal como retratados pelo mestre da literatura brasileira.

A conclusão deste trabalho traz consigo a convicção de que, apesar da extensa análise realizada, há ainda muito território inexplorado nos contos de Machado de Assis. É inegável que a leitura de suas obras proporciona um prazer peculiar, guiando-nos por um universo literário que, apesar de fictício, oferece insights fascinantes sobre a sociedade da época em que o romance é ambientado.

É notável como Machado de Assis, embora muitas vezes associado ao Realismo, mantém elementos românticos em sua prosa, o que adiciona complexidade às suas narrativas. Essa interseção entre romantismo e realismo revela uma riqueza de matizes que enriquece a compreensão das obras do autor.

Este estudo revelou que mergulhar nos contos de Machado de Assis é uma experiência gratificante, ainda que desafiadora. A complexidade de suas tramas, os personagens multifacetados e a crítica social sutilmente tecida ao longo de suas histórias oferecem aos leitores um material rico para reflexão e análise.

A escolha de explorar os contos de Machado de Assis representou um desafio instigante, mas igualmente gratificante. Ao final deste projeto, espero sinceramente ter alcançado os objetivos que tracei no início desta jornada acadêmica. Contudo, é importante

ressaltar que a leitura e interpretação da obra de Machado de Assis é um processo em constante evolução, e novas perspectivas e caminhos de análise continuarão a surgir à medida que estudiosos e leitores se aventuram nas páginas de suas narrativas atemporais.

Machado de Assis através de seus contos revela, de maneira sutil, fragmentos, passagens e paisagens da história do Brasil, com um foco especial na cidade do Rio de Janeiro. Muitos desses detalhes históricos, embora fundamentais para a compreensão do contexto da época, permanecem obscuros para os leitores contemporâneos.

Ao analisar os contos de Machado de Assis, fica evidente que ao mesmo tempo em que o Império brasileiro passava por mudanças políticas econômicas e sociais, observa-se a manutenção da escravidão e suas complexas implicações sociais eram uma presença constante no cotidiano da Corte do século XIX e uma parte inegável da história da cidade. Machado era mestre em retratar não apenas as instituições e costumes de sua época, mas também em mostrar como esses aspectos moldavam as relações humanas, os conflitos e as tensões sociais.

Os contos de Machado de Assis funcionam como uma espécie de lente de aumento sobre a sociedade da época, permitindo aos leitores contemporâneos vislumbrar a complexidade das relações entre senhores e escravos, as hierarquias sociais, a busca por ascensão e os dilemas morais que permeavam o período. Através de suas narrativas, Machado não apenas entretém, mas também educa e informa, iluminando aspectos muitas vezes negligenciados da história brasileira.

Portanto, ao explorar os contos de Machado de Assis, os leitores contemporâneos têm a oportunidade não apenas de apreciar sua genialidade literária, mas também de aprofundar sua compreensão da rica tapeçaria da história do Brasil, em especial no que se refere à complexa questão da escravidão e suas ramificações sociais.

Assim concluo que Machado de Assis, através de narrativas aparentemente simples, consegue transmitir as complexas nuances da sociedade de seu tempo, convidando o leitor a refletir sobre questões sociais profundas de maneira envolvente e perspicaz, demonstrando aqui sua habilidade como historiador, romancista, contista, mas acima de tudo, um homem do seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **VIDA PRIVADA E ORDEM PRIVADA NO IMPÉRIO**. In: ALENCATRO, L. F. (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93;

ALONSO, Ângela. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) O Brasil Imperial, Volume III: 1870 – 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118;

ASSIS, Machado de. **Contos**. 2ª ed. São Paulo: Ciranda cultural, 2017.

ASSIS, Machado de. **Contos Fluminense**. RIO DE JANEIRO: B. L. GARNIER, 1870;

_____. **Luís Soares**, in: Contos Essenciais. – São Paulo: Martin Claret, p. 46- 66, 2019;

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. (Prestigio);

BOSI, Alfredo. **O enigma do olhar**. São Paulo: Editora Ática, 2003;

CANDIDO, Antônio. **Esquema de Machado de Assis**. In: Vários Escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017;

BRAZIL. **Constituição (1824)**. Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 02 de setembro de 2023

BRAZIL. Lei 2.040. **Dispõe sobre a liberdade do ventre da mulher escrava**. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2023;

CARVALHO, José Murilo de. **Introdução e Os Partidos políticos imperiais**. In: A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 13-22; 199-228;

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **LAÇOS DE FAMÍLIA E DIREITOS NO FIM DA ESCRAVIDÃO**. In: ALENCATRO, L. F. (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337 - 384; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

_____ e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). **A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998;

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 – 1888**; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 3-29;

COSTA, Lourenço Resende da. **Casamento, herança e negócios no conto Luís Soares, de Machado de Assis**. Todas As Musas, v. 2, n. 5, p.101-111, jan-jun 2014. Semestral. Disponível em: <https://www.todasasmusas.com.br/10Lourenco_Resende.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2023

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974;

FARIAS, Bruno Leonardo. **“O Anjo das Donzelas”: a construção do comportamento feminino nos contos de Machado de Assis (1858-1878)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2011;

FERREIRA, Antonio Celso. **Literatura: a fonte fecunda**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O Historiador e suas fontes. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 61-91;

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar Narrativas**. Série Princípios. São Paulo-SP: Ática, 2002;

JORNAL DO SENADO. **Dom Pedro II defendeu a Lei do Ventre Livre**. Rio de Janeiro, segunda-feira, 14 de maio de 1888. Edição comemorativa dos 120 anos da Lei Áurea; ano XIV. nº 2.801/172. 13 de maio de 2009. p 02. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolica_o.pdf. Acesso em: 08 de outubro de 2023;

JORNAL A REPUBLICA. **Manifesto Republicano**. Rio de Janeiro, sábado, 3 de dezembro de 1870. 1ª edição; nº1. p.01. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506919/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2023;

LEMOS, Renato. **A alternativa republicana e o fim da Monarquia**. In: GRINBERG, Keila;

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Luzias e Saquaremas: liberdades e hierarquias**. O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. 1ª edição, São Paulo: Hucitec, 1987. p. 103-192; _____. O Império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro. 1ª edição, São Paulo: Atual, 1991;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 28 Janeiro 2006;

_____. **Relação entre História e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX).** In: Revista anos 90. Porto Alegre, nº 4, dez. de 1995. p.115 – 127;

SALLES, Ricardo (org.) O Brasil Imperial, Volume III: 1870 – 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 401-444;

SAMARA, Eni de Mesquita. **Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX.** In: Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v.8, nº 15. Set.87/fev.88. p.91-105;

SCHWARZ, Lilia Moritz. **VIDA DE CORTE: A BOA SOCIEDADE.** In: As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos, – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.101-124;

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: T. A. Queiroz / Editora da Universidade de São Paulo, 1984;

YPIRANGA. **Breves Considerações Histórico-Políticas Sobre a Discussão do Elemento Servil na Câmara dos Deputados por Ypiranga.** Rio de Janeiro: Edictor, E. DUPONT, rua de Gonçalves Dias, nº 75, 1871. ACERVO DO SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse> Acesso em: 15 de outubro de 2023.